****

**RELATÓRIO FINAL**

**COMISSÃO ESPECIAL PARA TRATAR DO MOBILIÁRIO URBANO - DEBATER E BUSCAR SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS DO MOBILIÁRIO URBANO, ANALISAR A LEI MUNICIPAL Nº 8.279/1999 e propor um novo projeto de Lei em substituição ao existente.**

**Porto Alegre, 11 de dezembro de 2017.**

**Processo nº 0577/17 – REQUERIMENTO Nº 38/17**

**SUMÁRIO**

1 – INTRODUÇÃO

2 – CONCEITO

3 – LEGISLAÇÃO

4 – REUNIÕES DA COMISSÃO

5 - CONCLUSÃO

6 – REFERÊNCIAS

7 – ANEXO I - CONSULTA PÚBLICA

8 – ANEXO II - PESQUISA ÀS EMPRESAS E ENTIDADES

9 – ANEXO III - Minuta de Projeto de Lei

**1 INTRODUÇÃO**

A Câmara Municipal de Porto Alegre, por iniciativa do Vereador André Carús, criou a Comissão Especial para tratar do Mobiliário Urbano com o objetivo de debater e buscar soluções para os problemas que envolvem o mobiliário urbano da Capital, analisar a Lei Municipal 8.279/99, que disciplina o uso do mobiliário urbano, e suas alterações, diante da necessidade desta legislação ser revisada, pois contém entraves ao Executivo e para a sociedade civil em geral, sejam os empresários, autorizados, permissionários e usuários. O poder público tenta realizar licitações que estão dando desertas. Assim, buscamos aperfeiçoar a legislação e dando segurança jurídica para a realização de novas licitações e para firmar parcerias com a iniciativa privada na área de mobiliário urbano, separando num primeiro momento o conceito de mobiliário urbano e de mídia exterior, conceituando mobiliário urbano distinto de outras nomenclaturas, como “equipamento” urbano.

Por meio do expediente administrativo, processo nº 0577/17 e Requerimento Nº 38/17, aos treze dias do mês de setembro do corrente ano, foi instalada a referida Comissão Especial, sendo composta pelos seguintes vereadores:

Vereador André Carus – Presidente

Vereador Reginaldo Pujol – Vice-Presidente

Vereador Adeli Sell – Relator

Vereador Claúdio Janta

Vereador Felipe Camozatto

Vereador Luciano Marcantônio

Vereador Márcio Bins Ely

Vereador Mauro Pinheiro

Vereador Moisés Barboza

Vereadora Mônica Leal

Vereador Professor Alex Fraga

Vereador Rodrigo Maroni

Contribuíram para o êxito deste trabalho a equipe técnica formada pelas assessoras Fernanda Barretto Piattelli (Gabinete Ver. André Carus), Luciele Barbosa Andretti (Gabinete Ver. Adeli Sell) e Janice Conceição (Comissão de Constituição e Justiça).

O objetivo principal da iniciativa é debater e buscar soluções para os problemas que envolvem o mobiliário urbano da capital, analisar a Lei Municipal 8.279/1999 e propor um novo projeto de Lei em atualização ao existente.

As reuniões ocorreram de 13/09 à 07/12/2017, nas dependências da Câmara Municipal de Porto Alegre, abertas ao público.

**2 CONCEITO**

Dentre os vários conceitos que se tem de mobiliário urbano, cabem ressaltar:

* A legislação brasileira, por meio da **Lei 10.098/2000**, define o termo mobiliário urbano como “conjunto de objetos presentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação”.
* A ABNT define “mobiliário urbano” como elementos de diferentes escalas incluídos nos espaços abertos urbanos, sendo complementares ao conjunto de edificações que constituem a cidade.
* Ainda Kohlsdorf (1996), trata o mobiliário urbano como integrante dos elementos complementares do espaço urbano, afirmando que esses elementos possuem “características de maior mobilidade e menor escala” e muitas vezes são “os principais responsáveis pela imagem dos lugares” (KOHLSDORF,1996,p.160-161).
* Guedes 2005) prefere empregar a expressão “equipamento urbano”, pois entende que esse conceito abrange também objetos de maior porte, destinados ao uso no meio urbano.
* Montenegro (2005) mobiliário urbano são os artefatos direcionados à comodidade e ao conforto dos usuários e, em especial, dos pedestres. O autor afirma que o mobiliário urbano“ compõe o ambiente no qual está inserido e faz parte do desenho urbano das cidades, interagindo com seus usuários e com o contexto sócio-cultural e ambiental (MONTENEGRO,2005,p.29)”.

A Lei 8279/1999, traz em seu Art.6º, a seguinte redação:

(...)

**Art. 6º - Mobiliário Urbano** - são considerados todos os elementos de escala micro-arquitetônica, integrantes do espaço urbano, cujas dimensões são compatíveis com possibilidade de remoção e/ou relocalização e que sejam

complementares às funções urbanas, estejam localizados em espaços públicos e estejam disseminados no tecido com área de influência restrita, classificando-se em:

I - **mobiliário urbano básico:** caracteriza-se por assegurar ao espaço público as condições essenciais de segurança, comunicação, informações fundamentais, circulação de pedestres, possuindo prioridade de localização no espaço público;

II - **mobiliário urbano complementar:** são todos os elementos que complementam o espaço público a nível de qualidade e são de localização flexível, adaptáveis aos condicionamentos paisagísticos e ambientais e aos

elementos básicos;

III - **mobiliário urbano acessório:** são considerados os elementos não fundamentais, cuja inserção no espaço público não poderá causar saturação, perda da qualidade e comprometimento da paisagem urbana;

IV - **mobiliário urbano especial**: são considerados todos os elementos que dependem de estudos especiais e projetos específicos para sua implantação, visando seu desempenho funcional e paisagístico.

**3 LEGISLAÇÃO**

No município de Porto Alegre, o Mobiliário Urbano tem amparo legal na Lei 8.279/1999, que disciplina o uso do Mobiliário Urbano e Veículos Publicitários no Município e dá outras providências, e em suas várias atualizações, sejam elas por meio de Leis Complementares ou Decretos do executivo.

Com o passar dos anos, diante da modernização, das novas necessidades que o município veio tendo e diante das mudanças de planos de governo, a legislação em pauta virou uma “colcha de retalhos”, o que vem dificultando e em muitas vezes impossibilitando do município licitar, adquirir e implantar mobiliário urbano.

Hoje, temos o seguinte cenário:

**LEI Nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999** - Disciplina o uso do Mobiliário Urbano e Veículos Publicitários no município e dá outras providências*.*

**DECRETO nº 12.590 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1999** *-* Regulamenta a Lei nº 8279/99, quanto ao uso do Mobiliário Urbano com inserção de publicidade e a utilização de Veículos Publicitários, e dá outras providências.

## **LEI Nº 8.882, DE 07 DE MARÇO DE 2002** - ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º [8.279](https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1999/827/8279/lei-ordinaria-n-8279-1999-disciplina-o-uso-do-mobiliario-urbano-e-veiculos-publicitarios-no-municipio-e-da-outras-providencias), DE 20 DE JANEIRO DE 1999, QUE DISCIPLINA O USO DO MOBILIÁRIO URBANO E VEÍCULOS PUBLICITÁRIOS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**DECRETO 14.612, 04 DE AGOSTO DE 2004** – Regulamenta a Lei nº 8.279 de 1999, que disciplina o uso do Mobiliário Urbano e Veículos Publicitários no Município de Porto Alegre.

**LEI Nº 9.946, DE 27 DE JANEIRO DE 2006** - INCLUI INC. XXX NO ART. 51 DA LEI Nº [8.279](https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1999/827/8279/lei-ordinaria-n-8279-1999-disciplina-o-uso-do-mobiliario-urbano-e-veiculos-publicitarios-no-municipio-e-da-outras-providencias), DE 20 DE JANEIRO DE 1999, ALTERADA PELA LEI Nº [8.882](https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2002/888/8882/lei-ordinaria-n-8882-2002-altera-dispositivos-da-lei-n-8279-de-20-de-janeiro-de-1999-que-disciplina-o-uso-do-mobiliario-urbano-e-veiculos-publicitarios-no-municipio-e-da-outras-providencias), DE 7 DE MARÇO DE 2002, QUE DISCIPLINA O USO DO MOBILIÁRIO URBANO E VEÍCULOS PUBLICITÁRIOS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PROIBINDO A EXIBIÇÃO DE IMAGENS DE MULHERES EM PROPAGANDAS DE BOATES, CASAS NOTURNAS E OUTROS ESTABELECIMENTOS QUE PRATIQUEM A COMERCIALIZAÇÃO DO CORPO.

**LEI 10.385 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008 -**Altera a Lei nº 3.397, de 2 de julho de 1970, e alterações posteriores – que disciplina o Comércio de Jornais e Revistas nas vias públicas e outros logradouros públicos, e dá outras providências –, ampliando o rol de produtos com comercialização permitida nas bancas, nos estandes e nas grades metálicas, permitindo a veiculação de publicidade nas bancas e nos estandes e dando outras providências, e revoga o subitem 3.2.4 do Anexo I da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999, a Lei nº 4.729, de 12 de maio de 1980, e a Lei nº 8.282, de 19 de março de 1999.

**LEI Nº 10.821, 19 DE JANEIRO DE 2010 -**Altera a al. “n” do inc. III do art. 15, o parágrafo único do art. 19, o § 2º do art. 20, o § 3º do art. 21, o “caput” do art. 22, a Seção III do Capítulo III, o art. 39, o nome da Seção II do Capítulo IV, o art. 40, o art. 41, o “caput” do art. 44, o nome da Seção II do Capítulo V, o “caput” do art. 48 e o “caput” do art. 56, inclui Seção III-A no Capítulo III, todos da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008, dispondo sobre a prestação de serviços ambulantes de chaveiro, e revoga o subitem 3.2.6 do Anexo I da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999.

**LEI Nº 10.828, de 4 de fevereiro de 2010** - ALTERA OS §§ 1º, 2º E 3º DO ART. 3º, O INC. I DO ART. 10, O INC. II DO ART. 25, O § 1º DO ART. 39, OS INCS. III, X E XXIX DO ART. 51, INCLUI § 4º NO ART. 3º, ART. 28-A E §§ 4º, 5º, 6º E 7º NO ART. 51 E REVOGA O § 3º DO ART. 38, TODOS DA LEI Nº [8279](https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1999/827/8279/lei-ordinaria-n-8279-1999-disciplina-o-uso-do-mobiliario-urbano-e-veiculos-publicitarios-no-municipio-e-da-outras-providencias), DE 20 DE JANEIRO DE 1999 - QUE DISCIPLINA O USO DO MOBILIÁRIO URBANO E VEÍCULOS PUBLICITÁRIOS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS -, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

**LEI Nº 10.940, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 -** INCLUI § 4º NO ART. 29 E ALTERA O INC. XXX DO ART. 51, AMBOS DA LEI Nº [8279](https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1999/827/8279/lei-ordinaria-n-8279-1999-disciplina-o-uso-do-mobiliario-urbano-e-veiculos-publicitarios-no-municipio-e-da-outras-providencias), DE 20 DE JANEIRO DE 1999 - QUE DISCIPLINA O USO DO MOBILIÁRIO URBANO E VEÍCULOS PUBLICITÁRIOS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS -, E ALTERAÇÕES POSTERIORES, DISPONDO SOBRE PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA QUE INDUZA À PROSTITUIÇÃO.

**DECRETO Nº 18.097, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012** - Dispõe sobre o sistema especialista de licenciamento dos veículos de divulgação (VD) visualizados de logradouros públicos, previstos na Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999.

**LEI Nº 11.727, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014** - INCLUI INC. XXXI NO CAPUT DO ART. 51 DA LEI Nº[8279](https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1999/827/8279/lei-ordinaria-n-8279-1999-disciplina-o-uso-do-mobiliario-urbano-e-veiculos-publicitarios-no-municipio-e-da-outras-providencias), DE 20 DE JANEIRO DE 1999 - QUE DISCIPLINA O USO DO MOBILIÁRIO URBANO E VEÍCULOS PUBLICITÁRIOS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS -, E ALTERAÇÕES POSTERIORES, PROIBINDO A COLOCAÇÃO OU A FIXAÇÃO DE VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO QUE CONTENHAM QUALQUER CONTEÚDO COM TEOR SEXUAL, OU QUE POSSAM INSTIGAR A SEXUALIDADE, A UMA DISTÂNCIA INFERIOR A 200M (DUZENTOS METROS) DAS ESCOLAS.

**DECRETO Nº 18.912, DE 9 DE JANEIRO DE 2015** - Altera as als. “e”, “f” e “g” do inc. VII do art. 2º, o § 1º do art. 4º, os incs VI e XIV do art. 8º, o art. 18, o § 1º do art. 25, § 7º do art. 27, o art. 28 e o “caput” do art. 42; e inclui incs. IX e X no art. 2º, inc XV no art. 8º e incs I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X e §§ 1º, 2º, 3º e 4º no “caput” do art. 42 do Decreto nº 18.097, de 3 de dezembro de 2012 – que dispõe sobre o sistema especialista de licenciamento dos Ve- ículos de Divulgação (VD) visualizados de logradouros públicos, previstos na Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999.

**LEI Nº 12.168, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016** - Altera os incs. I, III e X do caput do art. 10, o inc. II do caput do art. 25, o § 4º do art. 39, o inc. XXIX do caput e o § 6º do art. 51, renomeia o parágrafo único para § 1º, mantendo-se sua redação atual, e inclui § 2º no art. 25, art. 38-A, § 5º no art. 39, art. 39-A e §§ 8º e 9º no art. 51, todos na Lei nº [8.279](https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1999/827/8279/lei-ordinaria-n-8279-1999-disciplina-o-uso-do-mobiliario-urbano-e-veiculos-publicitarios-no-municipio-e-da-outras-providencias), de 20 de janeiro de 1999 - que disciplina o uso do Mobiliário Urbano e Veículos Publicitários no Município e dá outras providências -, e alterações posteriores, dispondo sobre definições de veículos de divulgação e dando outras providências*.*

Veja quadro ilustrativo:



Diante do exposto, passamos às reuniões, que ocorreram de 13/09/2017 à 07/12/2017.

**4 REUNIÕES DA COMISSÃO**

**1ª REUNIÃO 13/09/17**

Aos treze dias do mês de setembro do corrente ano, a Câmara Municipal de Porto Alegre instalou a Comissão Especial para Tratar do Mobiliário Urbano (Processo nº 0577/17 – req. Nº 038), com a presença dos vereadores Adeli Sell, André Carús, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Alex Fraga, Reginaldo Pujol, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro e Fabrício Lunardi, este em substituição do vereador Felipe Camozzatto que se encontrava em licença.

No encontro, foram eleitos para os cargos de presidente, vice-presidente e relator da comissão os vereadores André Carús (PMDB), Reginaldo Pujol (DEM) e Adeli Sell (PT), respectivamente.

Ao abrir os trabalhos, o Presidente André Carús, que propôs a criação da comissão, informou que o objetivo da iniciativa é debater e buscar soluções para os problemas que envolvem o mobiliário urbano da Capital.

Outra meta da comissão seria analisar a Lei Municipal 8.279/99, que disciplina o uso do mobiliário urbano, e suas alterações posteriores, diante da necessidade desta legislação ser revisada, pois contém entraves ao Executivo para a realização de novas licitações e para firmar parcerias com a iniciativa privada na área de mobiliário urbano.

**2ª REUNIÃO 05/10/17**

Em 05 de outubro, a Comissão Especial do Mobiliário Urbano, realizou sua segunda reunião de trabalho.

André Carús falou que o objetivo da comissão especial é avançar na legislação existente e uniformizar as proposições em tramitação na Câmara que versam sobre mobiliário urbano, permitindo que o Executivo, em parcerias, possa dotar a cidade de equipamentos de qualidade.

Dentre os convidados, o secretário municipal de Parcerias Estratégicas, Bruno Vanuzzi, informou que o Executivo está empenhado em **“trabalhar a questão do mobiliário em partes”**para conferir maior objetividade, transparência e viabilidade econômica aos processos, começando pelos relógios de rua, e que estão adiantados os estudos para um novo edital de licitação focado nesses equipamentos, a ser lançado possivelmente até o final do ano. Segundo Vanuzzi, depois dos relógios, a administração deverá se dedicar a novas licitações para os toponímicos (placas com nomes de logradouros) e abrigos de ônibus. Ele ainda se colocou à disposição da comissão especial para contribuir com o debate.

O relator da comissão, vereador Adeli Sell, defendeu que as leis estejam sempre acima dos decretos em quaisquer questões na cidade e que as leis sobre temas tão importantes como o mobiliário urbano sejam elaboradas em parceria entre Legislativo e Executivo. Adeli falou em especial das bancas de jornais, que, na sua opinião, deveriam ser permitidas em parques e praças, como ocorre em diversas partes do mundo. Na sua opinião, bons exemplos, como os das cidades de Rosário (Argentina), Lima (Peru), Barcelona (Espanha) e Florença (Itália), sirvam de referência para iniciativas na Capital. Para Adeli, é louvável que o Executivo tenha “dado uma parada” para discutir o mobiliário. Também disse que a comissão está aberta a sugestões de todos.

O vice-presidente da comissão, Reginaldo Pujol, concordou com a postura da Prefeitura de buscar objetividade nas licitações, como forma de viabilizá-las, torná-las transparentes e evitar riscos. **Pujol ainda concordou com a intenção do Executivo de evitar monopólios na instalação e na exploração econômica de mobiliários.**

Participaram da reunião os vereadores Prof. Alex Fraga, Mônica Leal, Cláudio Janta, Felipe Camozzato e Ricardo Gomes, além do coordenador de Projetos Especiais da Secretaria de Parcerias Estratégicas, Marcelo Bertolini; professoras das faculdades de Arquitetura e de Design da UFRGS e representantes de empresas e órgãos públicos, cidadãos (as).

**3ª REUNIÃO 19/10/17**

Em 19 de outubro, debateu a Lei Municipal 8.279/1999, que disciplina o uso do mobiliário urbano e dos veículos publicitários externos na Capital, além de suas várias alterações desde então. Conforme o presidente da comissão, vereador André Carús, a legislação atual tornou-**se “um arcabouço confuso”, que acabou trazendo dificuldades para o poder público e para o setor privado. “A lei virou um calhamaço e ainda há diversos projetos em tramitação sobre mobiliário que precisamos condensar”,** afirmou.

O presidente traçou uma linha do tempo sobre as muitas alterações já ocorridas na Lei 8.279/1999. A primeira foi em 2002, sobre murais artísticos em espaços como muros, fachadas e empenas cegas, entre outros itens. Em 2004, foi tratado do uso do mobiliário. Já em 2006, tornou-se proibida a veiculação de imagens de mulheres em propagandas de casas noturnas. Em 2008, ficou permitido o uso de publicidade no exterior de bancas e estandes. Em 2010, foram incluídas mudanças sobre concessão para a contratação de mobiliário urbano, contrapartidas, bancas de chaveiros e proibição de publicidade que induza à prostituição. Houve diversas alterações sobre mídia exterior em 2014 e 2016.

“Temos de nos debruçar sobre a questão legal”, prosseguiu Carús. “Como proponente desta comissão, tenho a convicção de que precisamos separar o que é propaganda do que é mídia exterior dentro do mobiliário, para produzir resultados que beneficiem os cidadãos”. O vereador ainda lamentou que o mobiliário urbano seja alvo de vandalismo e de desrespeito e esteja encoberto pela propaganda irregular e pela sujeira.

O secretário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Sustentabilidade (Smams), Maurício Fernandes da Silva, e o procurador **Roberto Silva da Rocha,** da Procuradoria Geral do Município (PGM), participaram da reunião. Rocha falou que há muita cobrança na definição do assunto mobiliário urbano, de fundamental importância também por ser uma fonte de renda para o Município e para os cidadãos. Em sua opinião, a legislação é muito complexa, o que pode gerar ações judiciais. **O procurador sugeriu que a lei seja “fracionada” por tipo de equipamento urbano, “para tornar mais fácil sua implantação”.**

**Maurício Fernandes** disse que, na questão do uso de publicidade, há **“um descompasso”** na Lei 8.279/99 no que se refere à mídia exterior e aos letreiros, que não necessariamente o mobiliário deve exibir publicidade considerando que o excesso de informação provoca estresse.

O mobiliário urbano é um conceito mais amplo do que o de equipamentos, segundo o relator da comissão, **Adeli Sell**. Por exemplo: a parede viva é só ver e apreciar  o novo prédio da Unisinos (na Avenida Nilo Peçanha).  **Por que não ter bancas de jornais em parques e praças**? Outro problema é a **falta de uma definição sobre as bancas de flores**. Hoje é na base dos baldes, o que é ridículo, e o design feito pelo Banrisul para as **cadeiras dos engraxates**? De última! Assim como as bancas dos artesãos da Praça da Alfândega. Para Adeli, a propaganda fixada em postes também tem que acabar porque é indevida; **temos que proibir os lambe-lambe e assemelhados.**  Boa economia tem a ver com estética e bem-estar das pessoas, tem que juntar tudo em uma única lei para chegar a bom termo.

O vice-presidente da comissão, **Reginaldo Pujol**, afirmou que é preciso “minimizar as brechas” da legislação sobre mobiliário urbano. “Mais do que explicativas, as regras devem ser organizativas”, explicou. O vereador citou como positiva a sugestão do Sindicato das Bancas de Jornais e Revistas de tornar as bancas “**multiuso”.** Também disse que **apoia a instalação de bancas de jornais, revistas e outras conveniências em parques e praças**

Antes de encerrar a reunião, o presidente Carús informou que será encaminhado um questionário sobre mobiliário urbano às entidades representativas do setor privado, e também será disponibilizada, via Internet, uma consulta pública sobre a legislação atual, para que as pessoas que não participam das reuniões da comissão possam opinar.

Os vereadores Valter Nagelstein, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Comandante Nádia e Márcio Bins Ely também participaram da reunião, assim como o ex-vereador e ex-presidente da Câmara Luiz Braz e representantes de entidades e de órgãos do Executivo.

Como se pode verificar as reuniões são amplas e representativas.

**4ª REUNIÃO 26/10/17**

A Comissão Especial do Mobiliário Urbano realizou sua quarta reunião em 26/10, na Câmara Municipal de Porto Alegre, para debater sobre **a situação de bancas de jornais, revistas, flores, chaveiros e sapateiros.**

A representante da Equipe de Informação de Mobilidade Urbana da EPTC, **Simone Caberlon**, afirmou que a cidade tem avançado muito quanto ao mobiliário, mas que ainda há alguns aspectos a serem revistos, para que se obtenha um regulamento específico e regrado. **Ressaltou a função da lista que classifica as categorias de mobiliário, como determinar a instalação de equipamentos dos espaços público, e que a estrutura que a lei estabelece nas fiscalizações nem sempre são executadas na prática, já que muitos mobiliários pela cidade não são considerados na lista.**Para ela, a reestruturação da lei municipal poderia começar pelo licenciamento da publicidade. A padronização da mobilidade urbana pode ajudar a cidade a ficar mais organizada. Ainda declarou que a EPTC trabalha na melhoria da qualidade de abrigos, como a Parada Segura, de pontos de ônibus e táxis. Também representando a EPTC, Rogério **Caldacco Barbosa – EPTC - falou da necessidade do envolvimento de todas as secretarias responsáveis,** e que é preciso garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência e pessoas idosas em vias públicas, às vezes prejudicada conforme estiver instalado o mobiliário.

Adeli Sell, relator, observou que a legislação teve profundas modificações. Apesar da Lei que retirou bancas do mobiliário urbano, o vereador disse acreditar que as coisas caminham bem. Vamos ter perguntas que serão encaminhadas às devidas instituições. O foco é contribuir para todas as questões que envolvem o tema, apresentar uma legislação cabal e depois tratar das mídias externas.

Para **Luiz Braz**, do Sindicato dos Empregados na Administração das Empresas Proprietárias de Jornais, Revistas e Distribuidoras no RS (Sindijor), é preciso **que haja uma diversificação do uso de produtos das bancas para que as mesmas se mantenham, pois, conforme ele, a modernização da tecnologia tem afetado famílias que vivem deste tipo de comércio**. Questionando como as alterações na lei municipal vão direcionar este segmento comercial, ele sugeriu também que as bancas se tornem um meio de arrecadação para a prefeitura.

A publicidade usada no mobiliário foi outro fator analisado no debate. O Sr. **Eduardo Ferreira**, da empresa Sinergy, disse acreditar na cidade com o embelezamento urbano, **mesmo que o excesso de anúncios publicitários tenha de ser revisto, momento em que apresentou alguns trabalhos desenvolvidos pela empresa que tem investido na modernização do setor de bancas.**Ainda de acordo com ele, o micro e pequeno empreendedor deve ser valorizado, visto que é necessário fomentar o comércio.

Já os representantes de **bancas de floristas** defenderam a revitalização do local onde as bancas estão instaladas no Centro Histórico de Porto Alegre, para que se tenha uma divisão de espaço mais organizada e adequada para comercialização. **Humberto Kessler**, um dos presentes, **propôs a sua descentralização.**

Márcio Bins Ely disse que a discussão do mobiliário é oportuna e importante para fomentar a economia da cidade, e defendeu um equilíbrio na publicidade.

A segurança pública foi o ponto defendido pelas vereadoras **Mônica Leal e Comandante Nádia.**Para elas, o **comércio das bancas de jornais e revistas podem contribuir no monitoramento da segurança cidade**.

 Foi pedido mais agilidade da Secretaria do Meio Ambiente (Smam) quanto ao deferimento de orientações aos comerciantes que dependem da aprovação do órgão.

Para **André Carús, o poder público não pode atrapalhar os** cidadãos e, sim, ser parceiro nas oportunidades referentes ao assunto e que o objetivo da consulta pública a ser laçada, é ampliar o debate sobre o tema e a participação popular na busca por melhorias do mobiliário urbano. Consiste em mais um instrumento para incentivar o setor privado e os cidadãos a contribuírem para a produção de um relatório consistente, que irá subsidiar a ação da prefeitura.

**5ª REUNIÃO (Extraordinária) 07/11/17**

Tendo em vista os feriados recorrentes nas quintas feiras, a Comissão Especial do Mobiliário Urbano reuniu-se de forma extraordinária no dia 07/11/17. A pauta da reunião foram  os foram **elementos básicos** do mobiliário urbano, entre os quais, os itens de sinalização de trânsito: placas, semáforos, prismas, colunas e divisores de fluxos.

Se fizeram presentes representantes da Equipe de Informação de Mobilidade Urbana da EPTC, Simone Caberlon e Rogério Barbosa, trazendo a informação de que esses equipamentos são de fundamental importância e interferem no ordenamento do fluxo de carros, pessoas, cargas e tudo que diga respeito, essencialmente na segurança do trânsito e dos cidadãos. Informaram ainda que a EPTC é responsável pela instalação e manutenção desses equipamentos, ressaltando que não há parcerias ou ações com empresas de publicidade para manter tais estruturas e informaram que a cidade possui cerca de 10 mil semáforos, sendo que 99% desses equipamentos são dotados de lâmpadas de **l**ed**,** além de estarem em andamento, a instalação de *no breaks*, equipamentos que garantem uma autonomia de funcionamento dos semáforos em caso de falta de energia elétrica, beneficiando o trânsito nos centros urbanos.   
            O vereador Adeli Sell, relator desta comissão especial, destacou que todas contribuições serão utilizadas na finalização deste trabalho, ao ressaltar que no site <http://www.camarapoa.rs.gov.br/consultas_publicas> está disponível uma ferramenta de comunicação para que todos os cidadãos, entidades e técnicos possam fazer sugestões.

Vereador Felipe Camozzato citou exemplos nacionais e internacionais para aprimoramento do uso de publicidade no mobiliário urbano e pediu atenção à questão que envolve as placas com identificação de logradouros públicos.

Também compareceram nesta reunião, a representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS), engenheira Sandra Lauffer, o representante da Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas, Marcelo Betolini, e os vereadores Alex Fraga (PSOL) e Reginaldo Pujol (DEM).

**6ª REUNIÃO 09/11/17**

A Comissão Especial para tratar sobre o Mobiliário Urbano, na sexta reunião realizada em 9/11/17, debateu os entraves e as **alternativas para a instalação das placas de identificação de logradouros** e de novos equipamentos de mobiliário que faltam na Capital.

Simone Caberlon, representante EPTC, apresentou o histórico de trabalho do grupo de estudos estabelecido pelo Executivo para tratar do mobiliário urbano e ressaltou que a existência de um grande número de leis que envolvem o tema, em muitas situações, prejudica a instalação e a efetividade das placas e informou que uma pesquisa de 2011 revelou a necessidade da instalação de aproximadamente 45 mil placas de identificação na cidade. Foi alertado a complexidade de questões para atendimento da legislação, as necessidades especiais dos cidadãos, as peculiaridades dos pontos para instalação e os custos, que são fatores que devem ser adequados constantemente e, em alguns casos, se tornaram impeditivos para evolução dos processos de implantação de mobiliários urbanos. Ela observou que a empresa é responsável pela produção e instalação das placas de identificação de logradouros, de paradas de ônibus e outras. Informou que existem 532 placas de ônibus, sendo que, na cidade**, há 5.700 pontos de parada, 4.300 deles com abrigos de oito modelos diferenciados.**

Sandra Lauffen, engenheira da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams), fez considerações sobre legislações nacionais que tratam do mobiliário urbano, ressaltando a importância de beneficiar o potencial turístico de Porto Alegre, através dos recursos de sinalização. Ela pediu atenção aos quesitos que tratam da acessibilidade dos portadores de necessidades especiais, da sustentabilidade e da diferenciação entre os abrigos de pontos de ônibus e de táxi.

**Dannie Dubin**, presidente da Associação Gaúcha de Empresas de Publicidade ao Ar Livre (Agepal), explicou que **não houve interesses nas licitações da Prefeitura “devido aos cálculos superestimados e, em função da exclusão da publicidade nos equipamentos” e destacou a relevância da atenção e do diálogo com o mercado e sistemas afins, para que as empresas possam manifestar as condições de atendimento às licitações.**

Durante o debate, foram apresentadas sugestões sobre o formato e a localização de placas em vias arteriais e cruzamentos, estímulo às parcerias comunitárias para manutenção de placas e outros equipamentos do mobiliário urbano, utilização de meios eletrônicos e virtuais para informações sobre logradouros, **utilização de totens informativos em pontos de ônibus sem abrigos,**ações público/privadas para construção e manutenção de banheiros em pontos de táxi, utilização e valorização da publicidade no mobiliário, criação de sistema híbrido na padronização da implantação de mobiliário urbano, revisão e simplificação da legislação vigente, uso de energia fotovoltaica nos triângulos e terminais de ônibus, piso tátil e outras.

Na reunião também foi defendido e apresentado o projeto de **parada de ônibus sustentável e acolhedor, a exemplo do Projeto Experimental de Parada de Ônibus Fotovoltaica desenvolvido pela equipe da organização não-governamental (ONG) Todavida.**

Também compareceram à reunião o vereador Alex Fraga (PSOL), o representante da EPTC Rogério Barbosa, assessores parlamentares, representantes institucionais e cidadãos interessados no tema.

**7ª REUNIÃO 16/11/17**

Em sua sétima reunião, realizada em 16/11/17, a Comissão Especial para tratar sobre o Mobiliário Urbano, abordou os elementos da Segurança Pública (guaritas para vigilantes e cabines para policiais) e Elementos Especiais (conforto e apoio ao lazer, bancos, bebedouros, equipamentos infantis e equipamentos esportivos).

A arquiteta coordenadora de Planejamento Urbano, representando a SMAMS, **Ada Raquel Schwartz**, levantou diversas **críticas à Lei 8.279/1999** principalmente nos quesitos que **discordaram das normas da ABNT**, que não foram respeitados quando criada nem quando foram feitas alterações e legislações complentares. Que a legsilação engessa muito o trabalho acerca do mobiliário e apesar de tantas emendas, ainda não contempla de forma satisfatória o trabalho que o executivo tem que fazer do início ao fim referente ao mobiliário.

Neste sentido, se manifestou os representantes da SMIM, os arquitetos Oscar Eduardo Coelho  e Fernanda Lazzari Costa, tal como os resepresntantes da EPTC, Simone e Rógério, que novamente se fizeram presentes, acentuando os problemas das calçadas, da publicidade e das falhas nas leis.

Importante destacar que o Secretário **Bruno Vanuzzi**, da Secretaria de Parcerias Estratégicas, manifestou que **a legislação a ser proposta será bem vinda e precisará atender principalmente os pontos de padronização, elaboração de projetos, formas de aquisição (doações, por exemplo, que hpje não são lagalizadas).**Destacou que apesar das calçadas de Porto Alegre, serem pequenas, como são as de Londres, São Francisco, Boston, teremos que ter um mobiliário que seja adaptável à nosa situação.

Presidente da Comissão, Ver. Carús, prorrogou o prazo para a Consulta Pública para o dia 30/11/2017.

Também compareceram à reunião o ex-vereador Brás, assessores parlamentares, representantes institucionais e cidadãos interessados no tema.

**8ª REUNIÃO 23/11/17**

Em 23/11/2017, pela oitava vez a Comissão realizou sua reunião tendo como pauta **“Parklets e elementos inovadores**”.

Estiveram presentes o secretário municipal de Parcerias Estratégicas, Bruno Vanuzzi, e representantes da SMAMS, PGM e da EPTC, entretanto o forte deste encontro foi a participação das empresas Planar (Ricardo Cardoso da Silva), Zigon (Leonardo Hofmann), Hype (Maurício Santos), Ativa (Danni Dubin), Advolgado Ambientalista Ioberto T. Banunas, Maria Isabel Mehne, da Associação dos Comerciantes da Cidade Baixa.

Para o arquiteto **Maurício Santos, da Hype**, a ideia dos parklets é muito bem-vinda, mas é preciso **desburocratizar a sua regulamentação para não inviabilizar o apoio privado na implantação desses equipamentos na cidade e se as regras forem restritivas, como no caso da proibição de publicidade, comercio e serviços, os investidores perderão rapidamente o interesse.**

**Maria Isabel Mehne**, da Associação dos Comerciantes da Cidade Baixa, ressaltou que a entidade **vê a instalação dos parklets com “bons olhos**”, ao relatar que um estudo foi feito pela entidade, com a participação de empresários, que demonstraram interesse em instalar o equipamento na frente dos seus estabelecimentos, e técnicos da prefeitura, que apresentaram as normas técnicas necessárias.

 Nesta mesma linha, os demais participantes, exporam suas idéias e assim como os vereadores presentes, todos concordam que há necessidade de uma nova lei que viabilize os paklets e outros equipamentos do mobiliário urbano.

**Bruno Vanuzzi,** secretário municipal de Parcerias Estratégicas, manifestou-se no sentido de que **a lei deve ser equilibrada e atender a todos os envolvidos,**sejam eles empresários, frequentadores e moradores das regiões afetados pela implantação desse novo equipamento de mobiliário urbano. “Exatamente por isso optamos por seguir um modelo de regulamentação que já é utilizado com sucesso em outras cidades brasileiras e no exterior”, ressaltou. Citou, também, o exemplo de resistência aos parklets por parte de um segmento do bairro Moinhos de Vento; e disse que, sem a compreensão de todos, bons projetos podem não sair do papel. Avançou no debate falando de outros equipamentos de mobiliário urbano que precisam ser pensados, como os que podem qualificar as ciclovias. “Estações onde o ciclista encontre uma ferramenta, um acessório ou até mesmo formas de se hidratar, foram algumas hipóteses levantadas. Também a adoção de espaços próprios em parques e praças para exposições, cinema ao ar livre e atividades voltadas aos animais de estimação; ou ainda a ocupação da orla com serviços de aluguel de caiaques, *stand up paddle*, ou mesmo de depósito e armazenamento de equipamentos dos praticantes de esportes náuticos.

Estiveram presentes à reunião os vereadores André caru, Adeli sell, Mônica Leal, Felipe Camozatto, Prof. Alex Fraga e João Carlos Nedel.

**9ª REUNIÃO 30/11**

Aos trinta dias de novembro, foi realizada a penúltima reunião com a pauta licenciamento e fiscalização do mobiliário urbano e a conclusão unânime dos técnicos representantes dos órgãos do Executivo e dos vereadores presentes, foi que a **gestão “fatiada em que se encontra o Governo de Porto Alegre é o principal entrave quando se trata de fiscalização e licenciamento para mobiliário urbano. Prejudica o cidadão que perambula de Secretaria em Secretaria e atrasa o desenvolvimento da cidade.**

Ada Raquel Schwartz, da Coordenação de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Smams), afirmou que **não há um órgão no Executivo que trate em conjunto de todos os tipos de mobiliário urbano.** Dessa forma, o assunto é tratado de forma segmentada: cada órgão faz a gestão e a fiscalização de seus contratos. Neste mesmo sentido, Rogério Barbosa, da Coordenação da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) sugeriu que temos de buscar que um órgão seja o receptor para os processos de mobiliário urbano, que os centralize. Uma secretaria deve estar responsável por iniciar e concluir os processos.

Completou a arquiteta **Simone Caberlon** que há uma infinidade de tipos de mobiliários e **o rito é complexo**, havendo necessidade de se ter um órgão que sirva o mobiliário como um todo, que seja o interlocutor entre o Município e o requerente.

Esteve presente pela primeira vez nas reuniões desta Comissão, **Gilberto Simon**, chefe do Licenciamento de Ambulantes da SMDE, que citou como fator de dificuldade um **decreto de 2010 que impede o licenciamento de mobiliários para novas atividades. “Ele engessou bastante a cidade”, lamentou. “Tenho informação de que a revogação do decreto está na mesa do prefeito para ser assinada”.**

Para termos uma ideia da dimensão da importância em se regulamentar de forma adequada a matéria, objeto desta Comissão, o vereador André Carús, citou uma pesquisa atual que demonstra a queda do nível de empreendedorismo de Porto Alegre, relacionando esse mau desempenho, entre outros fatores, à dificuldade de estabelecer uma atividade licenciável, tendo em vista que os processos estão cada vez mais demorados e que as demandas não andam, em áreas importantes, e que a dificuldade é institucional. Em comum sentido, a vereadora **Mônica Leal** (afirmou por sua experiência que a **mais recente reforma administrativa do Município “só trouxe problemas”.**

O relator da comissão, vereador Adeli Sell, destacou o consenso dos participantes da reunião sobre a necessidade de simplificar o atendimento na área de licenciamento e fiscalização de mobiliário urbano.

Desta reunião, foi encaminhado ao Prefeito, o Oficio nº 213/2017, do Gabinete do vereador André Carus, questionando: 1) Quem é o responsável pelo Mobiliário Urbano dentro da estrutura administrativa da Prefeitura? 2) Como é realizado o procedimento da fiscalização do Mobiliário Urbano no município de Porto Alegre? E 3) Qual o órgão municipal responsável pelo licenciamento ambiental e urbanístico do Mobiliário Urbano a ser implantado?

Vereador Prof. Alex Fraga também esteve presente.

**Forçoso dizer que todos os vereadores (as) mesmo não presentes em alguma oportunidade tiveram sua devida representação com algum assessor.**

**10ª REUNIÃO 07/12**

No dia 07 de dezembro foi realizada a última reunião com a pauta “ Traga suas sugestões sobre as mudanças na legislação e instalação do mobiliário urbano”. Tratou-se de um momento aberto ao público e interessados para exporem suas ideias de itens do mobiliário e de como seria a melhor forma da legislação tratar disso frente a iniciativa privada.

Representando a empresa de publicidade LIFEOOH-ZIGON, o Sr. **Leandro Hoffmann** trouxe algumas formas de como é feito a publicidade em Porto Alegre e de como isso pode ser institucional, como o apoio à Brigada Militar em outdoors.  Expos a proposta de OUT OF HOME, elencando viabilidade (oferta e demanda), interesses publicitários, retornos econômicos e financeiros aos entes públicos. **Dentre as sugestões elencadas, destacamos as limitações de faces, tamanhos e prazos para exploração de publicidade no mobiliário, mais liberdade da legislação acerca na implantação do mobiliário, e que fosse criado um departamento ou instituto que tratasse exclusivamente desse assunto, sugestão esta acatada de forma ampla pelos presentes.**

Na sequência, o Sr. Alexandre Guedes do SINDESING e o Sr. Rodrigo Lemos da empresa AP Desing, exploraram a proposta de recuperar a identidade de Porto Alegre, na forma de ressuscitar o sentimento de orgulho dos municípios pelo “Porto”.

A arquiteta Betina Betano, da Bertussi Design Industrial, trouxe diversas propostas de mobiliário moderno e com utilidade que agrega bons resultados econômicos e sociais à cidade. Expos ideia de espaço Wi Fi, espaço chimarrão, espaço PET, espaço cinema/teatro, espaço arte, entre outros.

Aproveitando a oportunidade, **Sra. Andréia Webber** da Associação dos Moradores e Empresas do Bairro Moinhos de Vento, **manifestou o apoio a implantação de *parklets*.**

Para contribuir com esse relatório e com o projeto de lei, Simone da EPTC trouxe em planilha Excel, apanhado de legislação correlatas ao mobiliário em Porto Alegre. Diante da complexidade, **Vereador Adeli sugeriu que no início do próximo ano de criasse uma comissão para acompanhar o andamento do projeto de lei.**

Manifestaram-se ainda, Ex-vereador Luiz Brás, Sra. Ada representando a SMAMS, Wendel Machado representando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Secretário Bruno Vanuzzi, da Secretaria de Parcerias Estratégicas**. Todos de forma unânime da necessidade de atualização da atual legislação e que seja repensado o mobiliário urbano em toda Porto Alegre.**

No mesmo dia, fim de tarde, reuniram-se os parlamentares que constituem esta Comissão Especial e suas equipes técnicas, para debater uma nova minuta de projeto de lei sugeria pelos vereadores André Carús e Adeli Sell.

Importante salientar que até a apresentação deste relatório em 11/12/17 o Prefeito não enviou resposta ao Oficio nº 213/2017, enviado em 30/11/2017.

**5 CONCLUSÃO**

Durante 90 dias a Comissão Especial do Mobiliário Urbano de Porto alegre, reuniu-se com representantes dos órgãos do Executivo, Judiciário e Legislativo, com setores acadêmicos, com os mais diversos públicos; fez pesquisas à população em geral e junto às empresas, entidades e órgãos com atividades afins; estudou o mobiliário de Porto Alegre e de grandes cidades, como a exemplo, Lima (Peru), Montevideo (Uruguai), Rosário (Argentina), Barcelona (Espanha), Florença (Itália); a fim de obter ideias, clarezas e aprofundamento na matéria. Desenvolveu um trabalho intelectual, democrático e com visão globalizada.

Foram traçados aspectos negativos e positivos do que se tem hoje de mobiliário, das licitações anteriores e do que se pretende ter futuramente. Dessa forma, entendeu-se que:

* Em meio à uma abordagem da percepção **ambiental**, adequação às necessidades dos indivíduos que irão conviver com aquele mobiliário, envolvendo aspectos estéticos, usuais e econômicos.
* Dentro da complexidade das diversas paisagens de Porto Alegre, que o mobiliário seja harmonioso, útil, prático, em sintonia com os porto-alegrenses, com uma **“identidade”** com as pessoas ao modo que estes se sintam parte do mobiliário e que de origem ao sentimento de cuidar, não depredar e fiscalizar para que outros não destruam o mobiliário.
* Em relação ao uso do mobiliário, este não poderá ser um obstáculo no dia-a-dia das pessoas e que poderá ter funções agregadas como por exemplo, instrumentos que colaborem com a **segurança pública, com a saúde e bem-estar** e com **publicidade,**
* Há necessidade de que **bancas de jornais e revistas e chaveiros**, voltem a ser regulados como mobiliário urbano;
* Deverão ser considerados mobiliários urbanos os cachorródromos, as paredes verdes (jardins verticais), bicicletários, *parklets*, entre outros, num **rol exemplificativo**, para que elementos inovadores possam ser incorporados à lei.
* Há necessidade de **haver bancas e/ou quiosques em praças.**
* Há necessidade que seja criado um departamento, ou melhor um Instituto de Planejamento Urbano Porto Alegre, (IPUP), como há em outros Estado, para centralizar todas atividades e inclusive licenciamento, quando se tratar de mobiliário urbano.
* Porto Alegre precisa que se construa uma legislação aplicável à atual realidade, tendo em vista a **dinâmica de evolução** ocorrida desde 1999 quando se disciplinou pela primeira vez o Mobiliário Urbano em Porto Alegre.
* Há necessidade de adequação da legislação diante do setor privado, da real forma de execução de processos referente a criação (designer do produto), aquisição e manutenção do mobiliário, como por exemplo a possibilidade de serem incorporados ao município por meio de doação ou parcerias público-privadas, tal como as formas de publicidade nele inseridas.
* Há necessidade de legislação que trate de mobiliário urbano e publicidade e de que seja regulado em lei especial, veículos de publicidades como outdoors, painéis eletrônicos ou murais, luminosos ou iluminados, entre outros.
* Em meio às percepções, opiniões e realidade fática de Porto Alegre, concluiu-se que a necessidade primordial neste momento é que se construa um Projeto de Lei em substituição à Lei 8.279/1999, visando a adequada atualização, diante do Princípio da primazia da realidade, para que assim se viabilize futuras licitações sem óbices ao Executivo.

Diante desta conclusão e cumprindo com o objetivo para qual foi criada a presente Comissão, seguirá em processo próprio o Projeto de Lei Complementar, que atualizará a Lei 8.279/1999 e alterações posteriores.

É o relatório.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2017.

**Adeli Sell**

Relator

**Aprovado pela Comissão em \_\_\_\_/12/2017.**

Vereador André Carus – Presidente

Vereador Reginaldo Pujol – Vice-Presidente

Vereador Adeli Sell – Relator

Vereador Claúdio Janta

Vereador Felipe Camozatto

Vereador Luciano Marcantônio

Vereador Márcio Bins Ely

Vereador Mauro Pinheiro

Vereador Moisés Barboza

Vereadora Mônica Leal

Vereador Professor Alex Fraga

Vereador Rodrigo Maroni

**6 REFERÊNCIAS**

**ABNT**-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9283: Mobiliário Urbano. Rio de Janeiro,1986.

**ABNT**-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR nº 9050. Disponível em: [http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf. Acesso em 27/10/2017](http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf.%20Acesso%20em%2027/10/2017).

**BRASIL.** Lei Nº10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L10098.htm>.Acesso em 04 outubro 2017.

**Câmara Municipal de Porto Alegre**. Notícias disponíveis em: http://camarapoa.rs.gov.br/noticias/institucionais.

**GUEDES, João Batista**. Design no Urbano: Metodologia de Análise Visual de Equipamentos no Meio Urbano. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2005). Disponível em: <http://www.bdtd.ufpe.br/>. Acesso em: 04 outubro 2017.

**KOHLSDORF, Maria Elaine**. A apreensão da Forma da Cidade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

**MONTENEGRO, Glielson**. Aprodução do mobiliário urbano em espaços públicos: o desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do RN. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005). Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/>. Acesso em 04 outubro 2017.

**LEI Nº 8.279**, de 20 de janeiro de 1999 – Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/lei827999.pdf>. Acesso em 27/10/2017.

**DECRETO nº 12.590 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1999** *–* Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000023683.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em 27/10/2017.

## **LEI Nº 8.882, DE 07 DE MARÇO DE 2002** – Disponível em: <http://siteantigo.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/integrais/lei_8882.htm>. Acesso em 27/10/2017.

**DECRETO 14.612, 04 DE AGOSTO DE 2004** – Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000027391.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em 27/10/2017.

## **LEI Nº 9.946, DE 27 DE JANEIRO DE 2006** – Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000028274.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em 27/10/2017.

**LEI 10.385 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008 –**Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000029610.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em 27/10/2017.

**LEI Nº 10.821, 19 DE JANEIRO DE 2010 –Disponível em:** <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030896.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>**. Acesso em 27/10/2017.**

## **LEI Nº 10.828, de 4 de fevereiro de 2010** – Disponível em: <http://siteantigo.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/integrais/Lei%2010828.htm>. Acesso em 27/10/2017.

**DECRETO Nº 18.097, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012** – Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000033127.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em 27/10/2017.

## **LEI Nº 11.727, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014** – Disponível em: <http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1291_ce_112745_1.pdf>. Acesso em: 27/10/2017.

**DECRETO Nº 18.912, DE 9 DE JANEIRO DE 2015** - Disponível em: <http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1315_ce_115369_1.pdf>. Acesso em 27/10/2017.

**LEI Nº 12.168, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016** – Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000012552.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em 27/10/2017.

**ANEXO I**

**CONSULTA PÚBLICA**

Foi aberta no site da Câmara Municipal de Porto Alegre, uma consulta pública com a seguinte pergunta: A legislação do mobiliário urbano de Porto Alegre pode ser melhorada?

A consulta ficou disponibilizada durante toda mês de novembro e recebeu os seguintes registros:

#### **Necessidade de revogação da Lei 8279/1999**

***Contribuição:****Após 8 reuniões de Comissão, ficou claro a necessidade de revogação da atual legislação que trata do mobiliário urbano em Porto Alegre e uma compilação de novo regramento atualizado, dinâmico e que possibilite a execução de licitações e melhorias dos equipamentos. Na colcha retalhos que se transformou a legislação atual, não vejo como ser melhorada sem ser revogada e ser feito uma novo projeto pela CMPA.* ***Sugerido por:****Luciele Andretti, em 30/11/2017 11:02*

#### **Sugestões pra viabilizar implantação de manutenção de mobiliários pela iniciativa privada**

***Contribuição:****Prezados presidente, relator e vereadores membros da comissão de mobiliário urbano, A iniciativa em discutir com a sociedade sobre este tema é ELOGIÁVEL. PARABÉNS ! Eu apresentarei sugestões abaixo FAZENDO USO DO MEU CONHECIMENTO PROFISSIONAL e EMPRESARIAL sobre o tema, MAS PREVALECENDO MINHA VISÃO COMO CIDADÃO, PENSANDO NA CIDADE, em alguns casos inclusive contrariando o que seria melhor empresarialmente. Considerem que devem dividir a implantação de mobiliários urbanos em 02 grupos : a) EQUIPAMENTOS PRIVADOS em LOCAIS PUBLICOS b) EQUIPAMENTOS PÚBLICOS em LOCAIS PÚBLICOS E que ambos preveem implantação e manutenção custeadas pela inciativa privada, por exploração de publicidade. E que além de tipologias de mobiliário urbano, outras tipologias - outdoor, front lights, empenas, busdoor - comercializam e exibem publicidade na cidade. SUGESTÕES : 1) TODAS as tipologias , sejam de mobiliários ou não mobiliários, que exibem publicidade na cidade, devem cumprir o pagamento da tx anual ou quadrianual de licenciamento municipal; 2) Os equipamentos de mobiliário urbano devem prever os serviços que prestam á população como contrapartida além do pagamento da tx de licenciamento, e estes serviços devem funcionar correta e diariamente. 3) a viabilidade da implantação e manutenções se dará pela publicidade vendida.O mercado de Porto Alegre tem uma dimensão, um limite pra compra de faces de publicidade. Não se deve ofertar um numero de faces maior do que esse limite, sob pena de desregular este mercado. 4) Considerando que deve existir um limite de faces a serem ofertados ao mercado, e que há a necessidade de implantar novos mobiliários e talvez mais algumas unidades de mobiliários ja existentes, deve-se limitar o numero de faces publicitarias a serem licenciáveis e oferecidas ao mercado, por peça de mobiliario. 5) Eu considero que, como ja prevê a lei no caso das bancas de revistas, o numero de faces limite deve ser 02.Se acontecer a exibição de mais do que 02 faces de publicidade por equipamento, a consequência será o excesso de oferta e desequilíbrio do mercado, ou a inviabilização de implantação de novos equipamentos 6) Deve-se prever que equipamentos privados serão explorados por contratos privados entre os permissionários ( detentores dos alvarás de bancas de revistas, flores, chaveiros ) e os anunciantes, empresas de publicidade; 7) Deve-se prever que os equipamentos públicos a serem licitados ( relógios, abrigos de ônibus, placas de nome de rua ) serão concedidos por licitação de concessão período maximo de 08 anos,considerando principalmente dificultar a prática de "dumping" que os estrangeiros vencedores de licitação aplicam no mercado nos 2 ou 3 anos iniciais. 8) prever que : BANCAS de revistas, chaveiros, flores, devem prever contratos privados entre o detentor do alvará e anunciantes ABRIGOS de bus, RELOGIOS e PLACAS com nomes de rua devem ser licitados Outras tipologias : bicicletarios, bancas de hortifrúti, guaritas de segurança, cabines de vigilantes, abrigos de pontos de taxi, banheiros públicos, quiosque de engraxates, Mupis informativos,outros equipamentos inovadores ....etc... devem ser ADOTADOS, com formatos e fegras distintos pra exibição de publicidade,restringindo a divulgar o nome do adotante, preferencia um adotante pra todos equipamentos daquela tipologia,pra viabilizar mas não desequilibrar o mercado com excesso de oferta de faces publicitarias. Desta forma, penso que será viável a implantação e manutenção de todas as necessidades de equipamentos de mobiliário urbano ser custeada pela iniciativa privada.* ***Sugerido por:****Leonardo Zigon Hoffmann, em 27/11/2017 18:34*

#### **Lei específica para MOBILIÁRIO URBANO**

***Contribuição:****Prezados Vereadores parece que enfim o entendimento de Mobiliário Urbano, está sendo assimilado. Sempre houve uma grande confusão com a Lei 8279, que regra a Publicidade Exterior, em terrenos de particulares. Mobiliário Urbano é publicidade em via pública, com contrapartida de serviços para a Cidade. Na Lei 8279, estão listados estes equipamentos e somente isto. Apesar disto, hoje existem equipamentos sendo utilizados com publicidade de forma irregular, vide Bancas de Revistas e Bancas de Chaveiros, sem que o município tenha nenhuma contrapartida, e em ambos os casos nunca houve uma licitação para a exploração publicitária dos mesmos. Na administração anterior todos os equipamentos em via pública foram retirados, visando a licitação dos mesmos, e segundo quem cuidava deste assunto, estas irregularidades iriam ser atacadas, mas até hoje segue igual. Como Diretor da Seccional da Central de Outdoor do Estado, tenho muita esperança que esta Comissão corrija os erros do passado. Outra sugestão, não acho adequado neste espaço, empresários com firme interesse neste assunto, tecerem suas opiniões de forma a ¨barganhar¨ vantagens. Agradeço esta oportunidade , e principalmente na forma como esta Comissão está tratando do assunto, já fica patente a diferença das Administrações passadas. Me coloco a disposição dos egrégios Vereadores, para auxiliar no que for necessário, afinal temos 45 anos de atuação na mídia exterior de nossa querida Porto Alegre!! Atenciosamente!* ***Sugerido por:****Marcus Zanetello, em 27/11/2017 14:09*

#### **Mobiliário Urbano**

***Contribuição:****É necessário estabelecer políticas públicas de utilização do mobiliário urbano com o estabelecimento de parcerias público privadas e evitando a utilização da Lei 8666, que limita a inteligência de projetos, a construção de soluções e a implantação de equipamentos, em função dos níveis recursais e judicialização dos certames licitatórios. O modelo de PPP permitirá a agilidade nas decisões legais do processo de licitação, reduzindo o risco de demandas na justiça e facilitará a implantação de mobiliário urbano com tecnologia da informação, que permitirá o compartilhamento com a segurança pública, assim como a atualidade de produtos e práticas em benefício ao cidadão porto-alegrense, não onerando o erário público, pelo contrário, gerando receita a este, com a receita gerada pela publicidade.* ***Sugerido por:****João Luiz dos Santos Moreira, em 20/11/2017 14:35*

#### **Placas**

***Contribuição:****Seria fundamental melhorar o mobiliário urbano referente a placas de nomes de rua, placas de localização* ***Sugerido por:****Elise Detoni, em 10/11/2017 22:51*

#### **Sugestões e Considerações sobre a Viabilidade Publicitaria pra Implantação e Manutenção de Tipologias de Mobiliario Urbano em Porto Alegre**

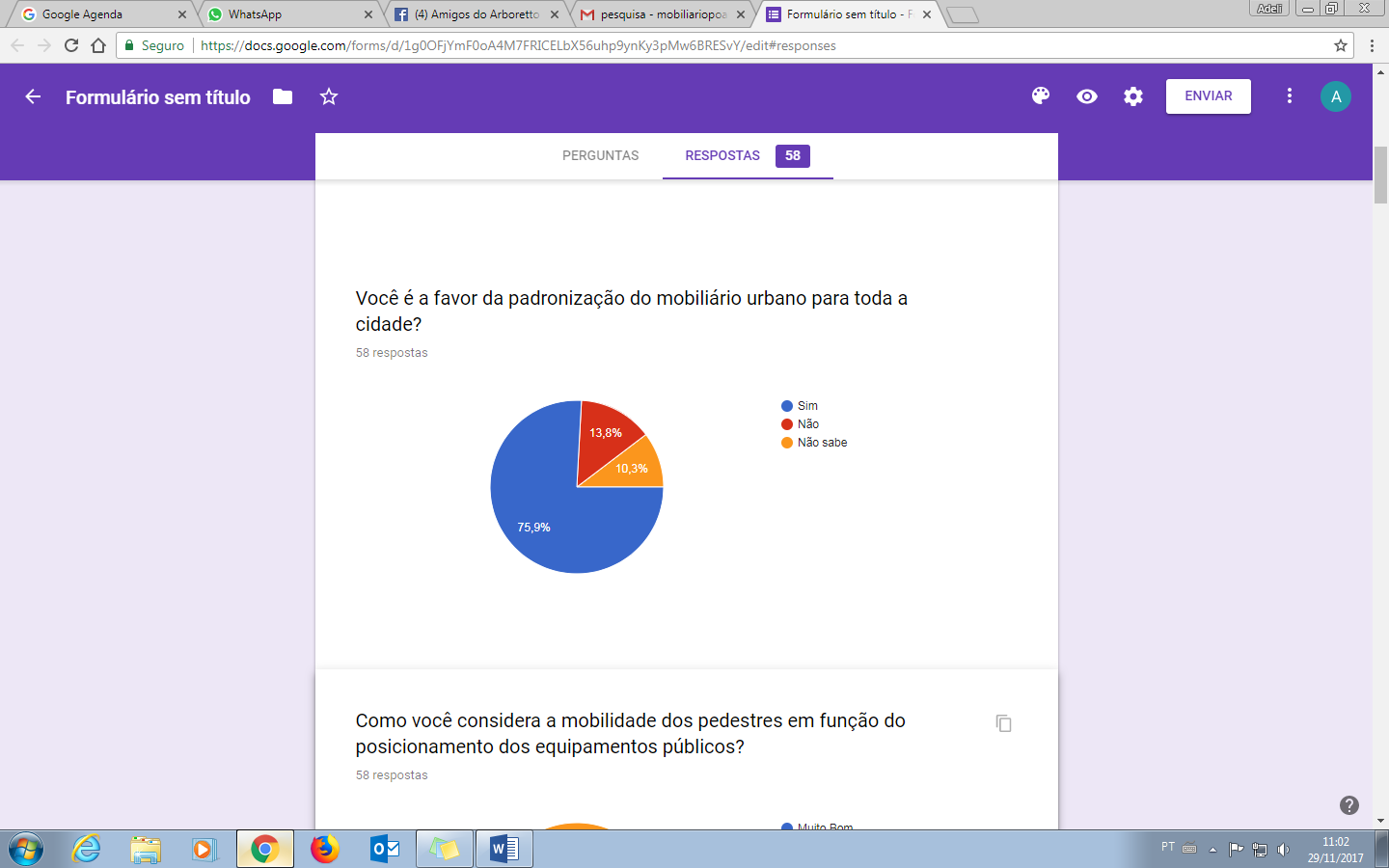
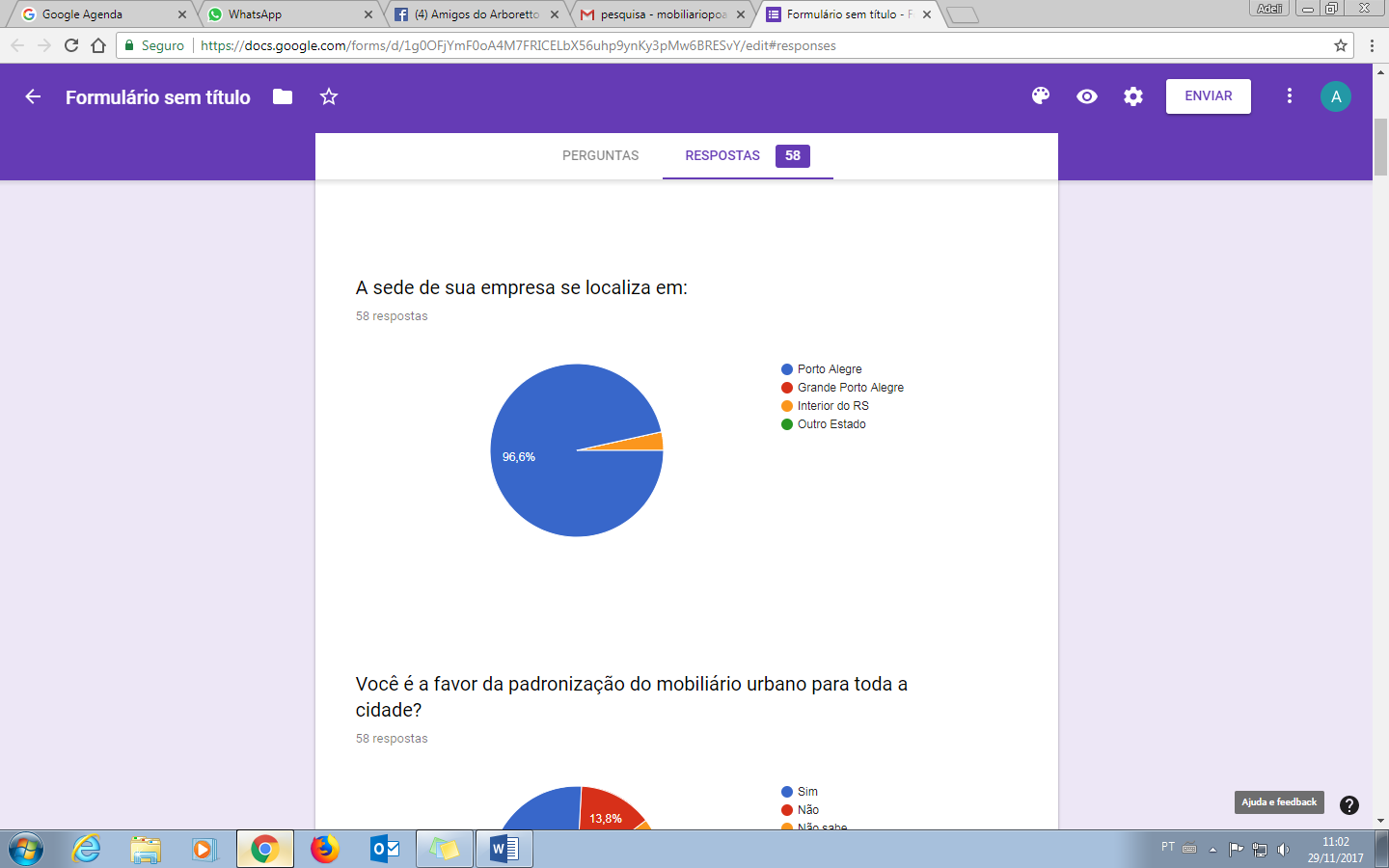
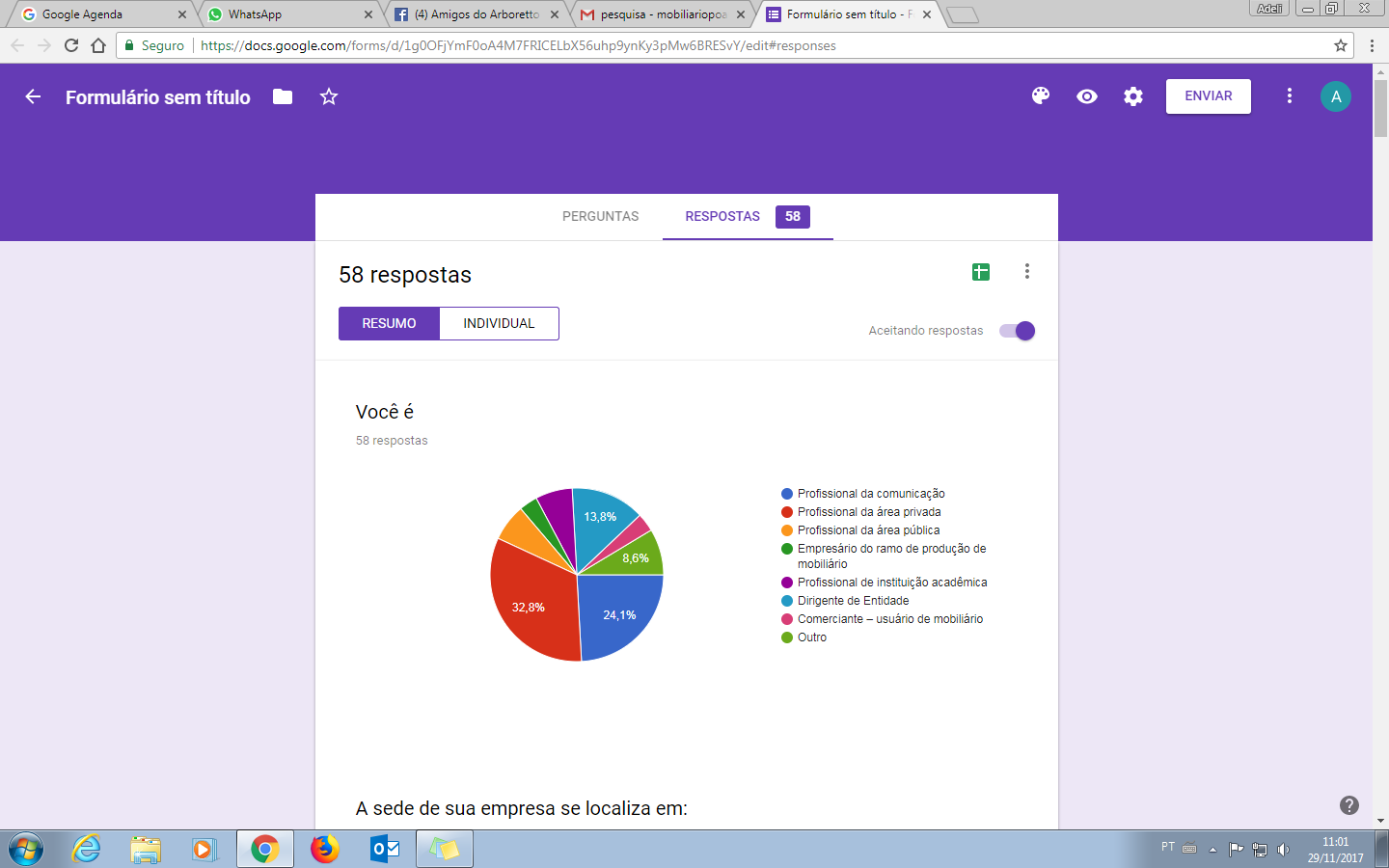
***Contribuição:****Prezados vereadores, bom dia. Primeiro considero importante que vocês compreendam que a publicidade nas ruas prevê : 1) equipamentos privados em locais privados - outdoors e front lights ( midia exterior ) 2) equipamentos privados em locais publicos - bancas de revistas e chaveiros 3) equipamentos publicos em locais publicos - tipologias a serem licitadas, que nao sao autorizadas por alvara à pequenos comerciantes e nao tem pessoas trabalhando dentro : relogios, abrigos de onibus, mupis, 4) equipamentos de sinalização : placas toponimicas, nomes de rua Como empresario e executivo de empresas de midia a + de 20 anos, em Sao Paulo e Porto Alegre, meios revistas, televisao e midia out of home ( midia exterior e mob urbano ) considero o seguinte : A pretensão do poder publico de fazer as melhorias e manutenções de equipamentos privados do mob urbano da cidade é correta e necessária e a intenção de que isso aconteça com financiamento publicitario é justa e moderna. Precisa apenas prever que, parte dos equipamentos deve prever licitação, parte dos equipamentos deve prever acordo particular entre os titulares dos alvarás e as empresas de publicidade, e parte dos equipamentos nao deve prever publicidade, afim de evitar excesso de oferta de faces e desequilibrio do mercado, que prejudicara tudo, alem de poluição visual. Tambem deve se considerar que a implantação de novas faces , deve prever a exclusao de faces antigas, e indo no sentido do que o mercado publicitario valoriza e o que desvaloriza,deve-se prever a redução das tipologias de midia que nao apresentam contrapartida direta à cidade e população, as tipologias de "midia exterior", outdoor e front lights, que na pratica foram concebidas nos anos 50 e 60 nos EUA pra exibição em rodovias e nao em cidades, e que acrescem elementos urbanos na paisagem, sem contrapartida, diferente das tipologias de mobiliario urbano, cujas publicidades estão expostas em equipamentos que prioritariamente servem à população. Precisa tb prever algumas mudanças legislativas que permitam por em pratica isso : -o decreto 16.811 de 01/10/2010: incluir a permissao pra instalação de uma quantidade limitada, em torno de 15 a 20, novas bancas de revistas na cidade de porto alegre, mediante pedidos protocolados na smic, afim de atender essa carencia em novos locais de grande movimentação na cidade e suprir bancas que fecharam em outros locais -Lei 10.605 DE 29/12/2008 : incluir a permissao pra exibição pra veiculaçção de publicidade em bancas de flores, alem de bancas de jornais e revistas. E prever que esta autorização, pra bancas de flores e pra bancas de revistas, será concedida pela SMIC, mediante pagamento de tx de publicidade anual ou valida por 4 anos, cfme outras tipologias, e valor proporcional a area das tipologias. -Lei de adoçoes de parques e praças : deve prever melhor contrapartida aos adotantes, sugiro a implantação de MUPI nas praças e parques com face publicitaria e face de informações publicas, pra cada 500 m2 adotado. Sobre os equipamentos RELOGIOS e ABRIGOS de ONIBUS : entendo que verao ser licitados, prevendo implantação e manutenção,considerando contrapartida a exploração publicitaria, e prevendo que relogios nao acresçam mais do que 150 faces publicitarias na cidade, e que abrigos de bus nao acresçam mais do que 600 faces publicitarias na cidade, e prevendo que o acrescimo destas faces deve ter a redução em mesmo numero de faces de midia exterior ( outdoors e front lights). E considero que o prazo previsto pra concessao pra estes equipamentos deve´ra ser de 08 anos, prazo de 2 mandatos executivo, viavel pra implantação exploração, recuperação do investimento e lucro, e nao estimulando negocios muito longos e caros. REGISTRO : vejam nota na revista VEJA capa 08/11/2018, SOBRE a empresa francesa JC DECAUX estar romependo o contrato da licitação com o aereoporto do Galeão, no RJ. Essa empresa, assim como outras multinacionais, praticam com maestria essa estrategia : oferecem valores muito altos pra vencer a licitações/implantam os equipamentos/praticam preços de vend muito baixo ao mercado publicitario, dumping com as empresas locais concorrentes/quebram as empresas concorrentes em 02 a 03 anos/usam o hisotico dos preços baixos praticados pra provar ao MP e EXECUTIVO MUNICIPAL que estao tendo que praticar preços baixos , menores do que previa pq o mercado local esta fraco/reivindicam renegociar as contrapartidas previstas no contrato/ se o municpio, ou no caso exemplificado o aereoporto, nao aceitar, infressam com processo judicial reclamando perdas e danos e retira os equipamentos. Temos que prevenir isso, e estimular empresas locais a operarem a midia na cidade. PUBLICIDADE em OUTRAS TIPOLOGIAS :bancas de hortifrutigranjeiros, cabines policiais,guaritas de vigilantes, bancos, bebedouros,equipamentos esportivos, mupis fora de praças e parques : eu considero, a principio, que nao devem prever publicidade d efomra convencional como os demais, afim de evitar o excesso de oferta e exposição de midia na cidade, que inclusive desequilibrará o mercado, com oferta maior do que a demanda. Penso que poderá ser previsto uma "adoção coletiva" por uma unica empresa, de cada uma destas tipologias,prevendo a "etiquetagem" de marca, logomarca. Por fim, sugiro que se convide as escolas de desing e arquitetura da cidade, a contribuir, oferencendo ao municpio o design e projetos das diversas tipologias, e um elemento de identidade visual que possa ser aplicado em todas as tipologias e as identifique em unidade com a cidade de porto alegre.* ***Sugerido por:****Leonardo Zigon Hoffmann, em 10/11/2017 16:56*

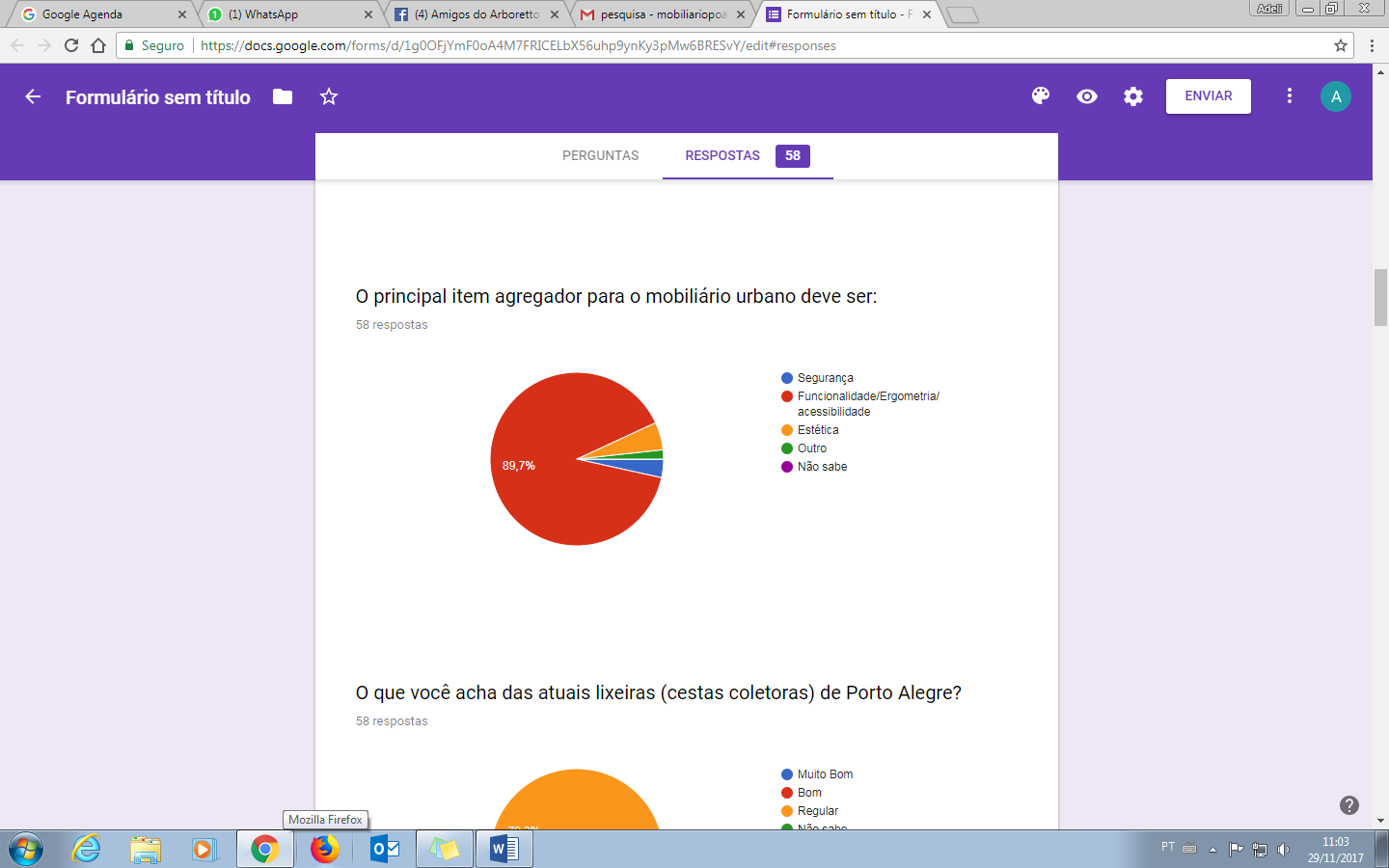
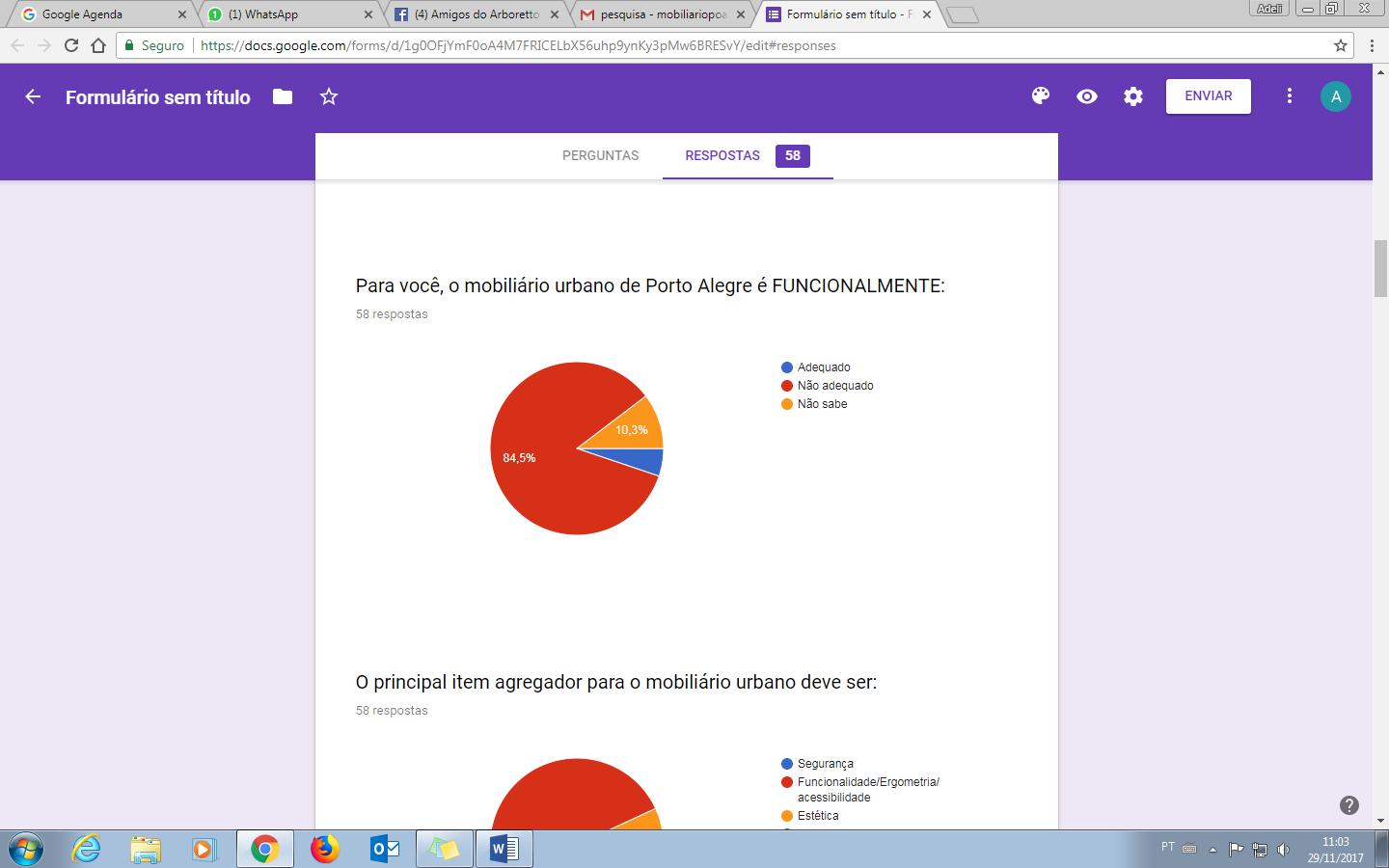
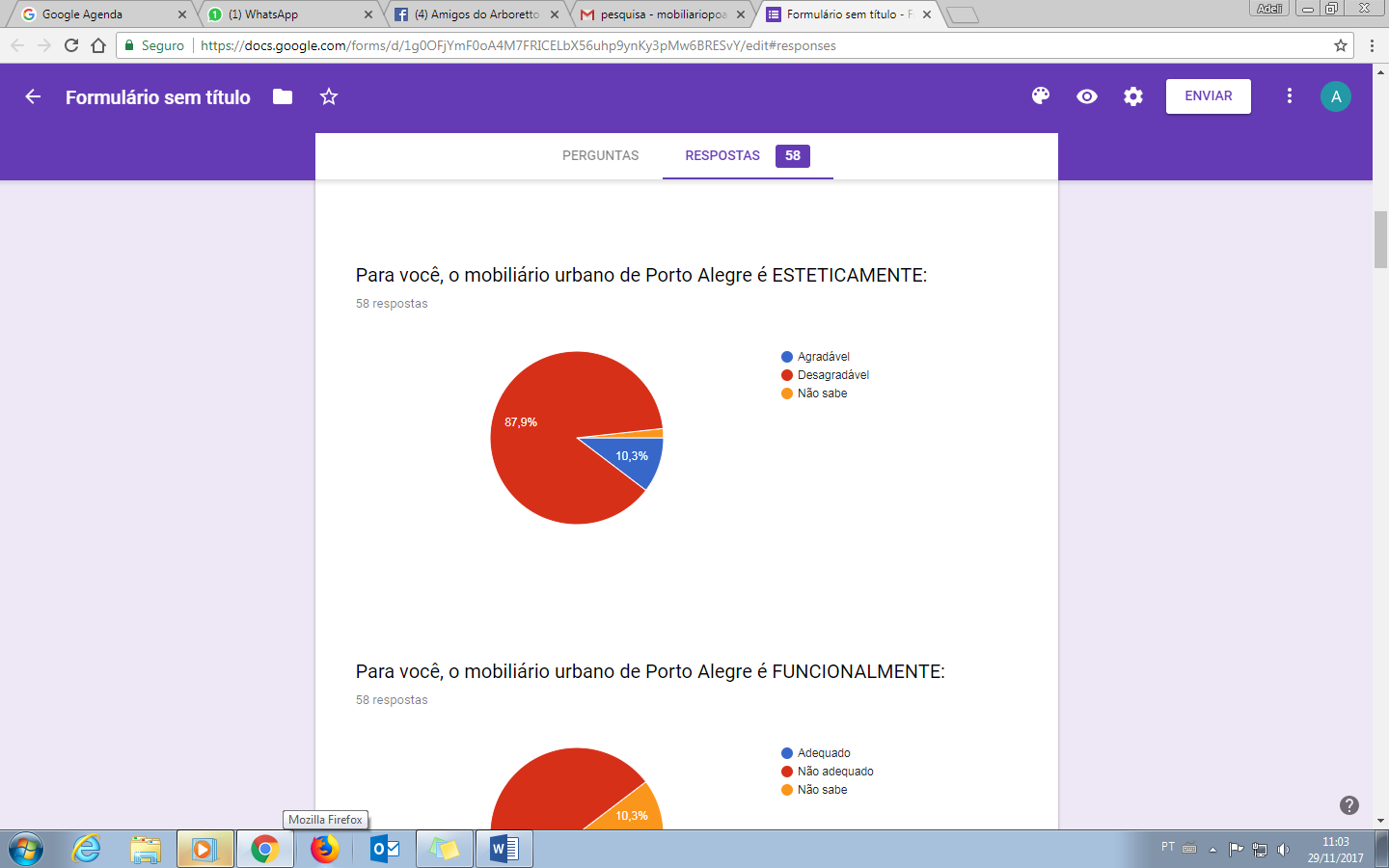
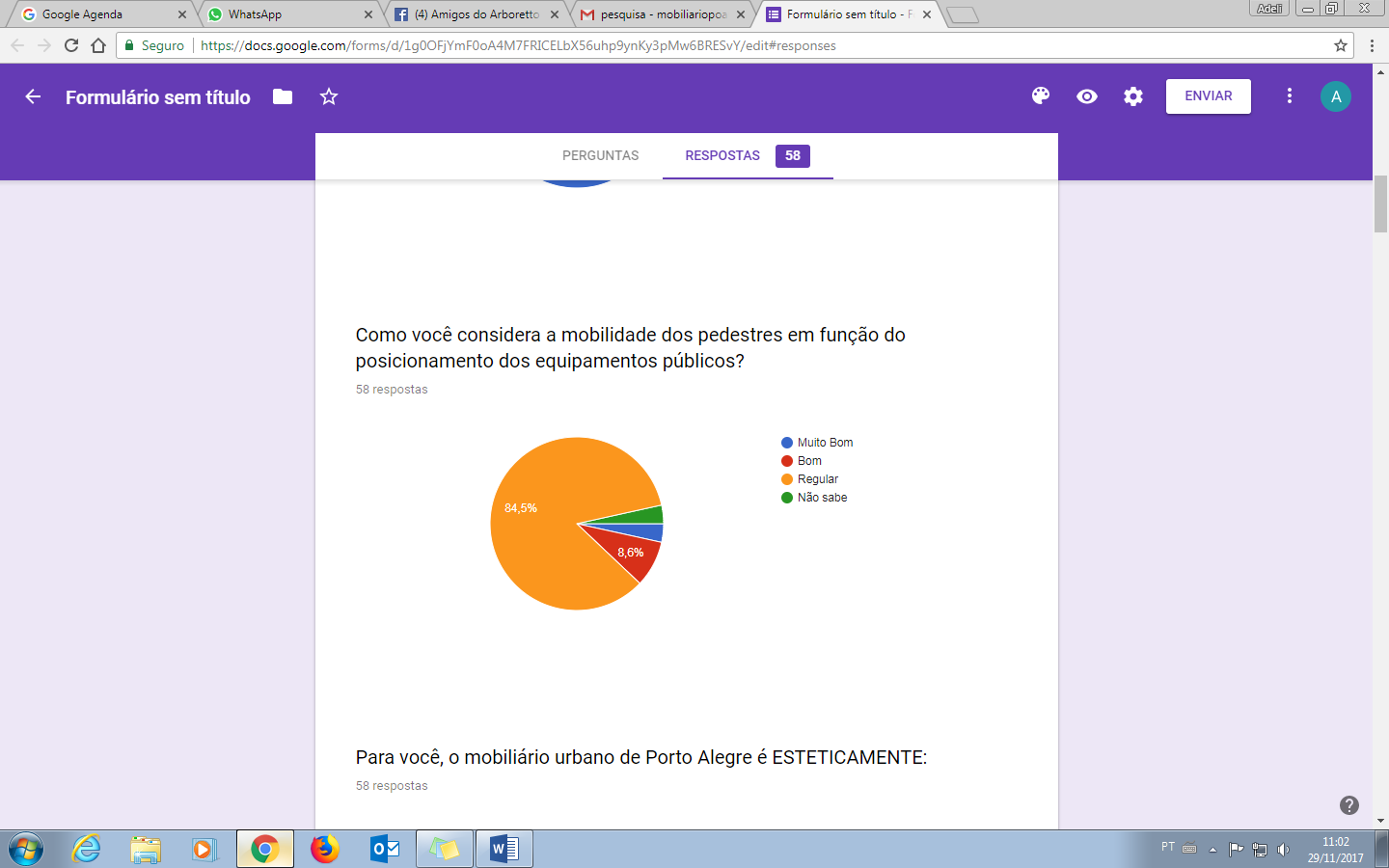
**ANEXO II**

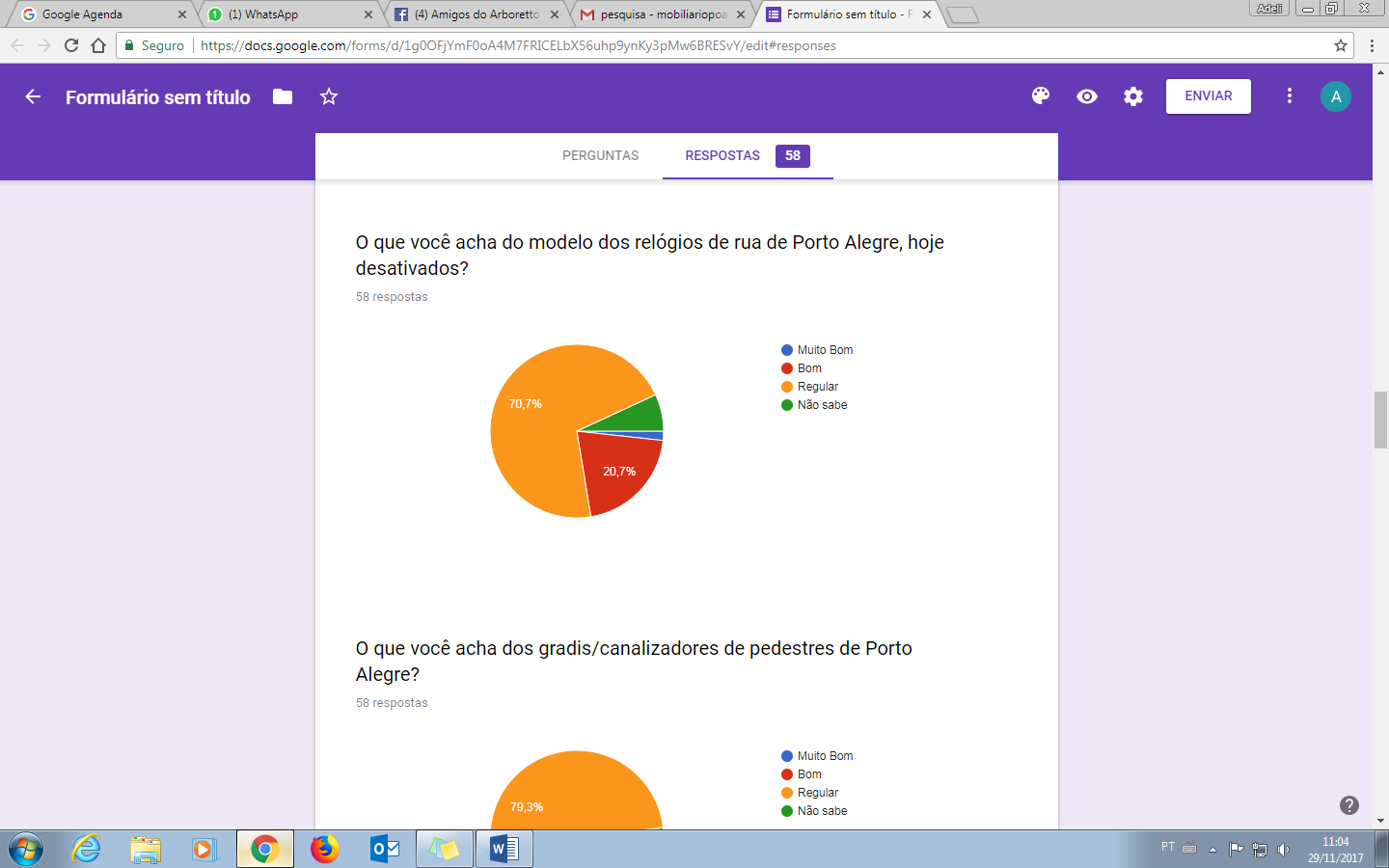
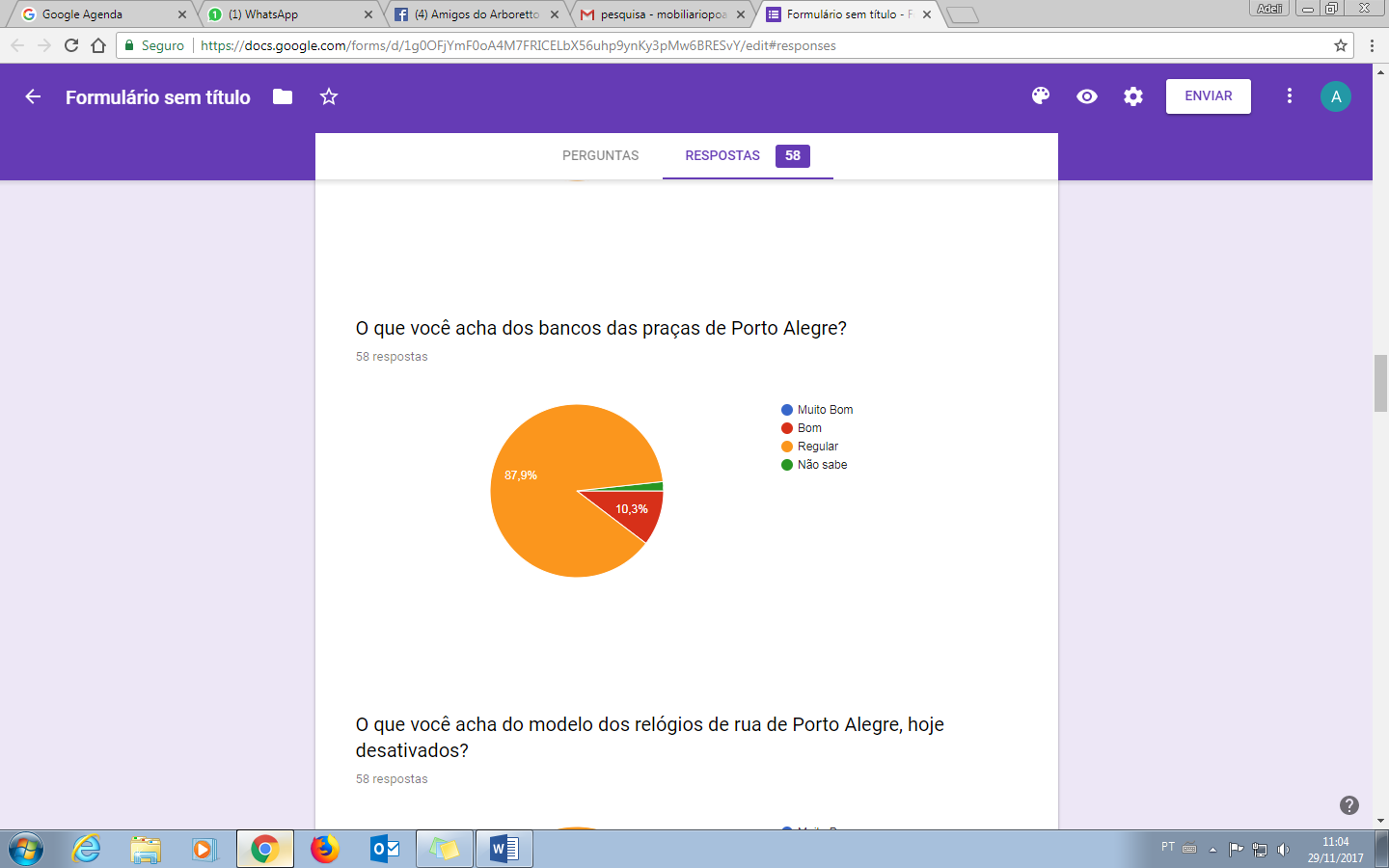
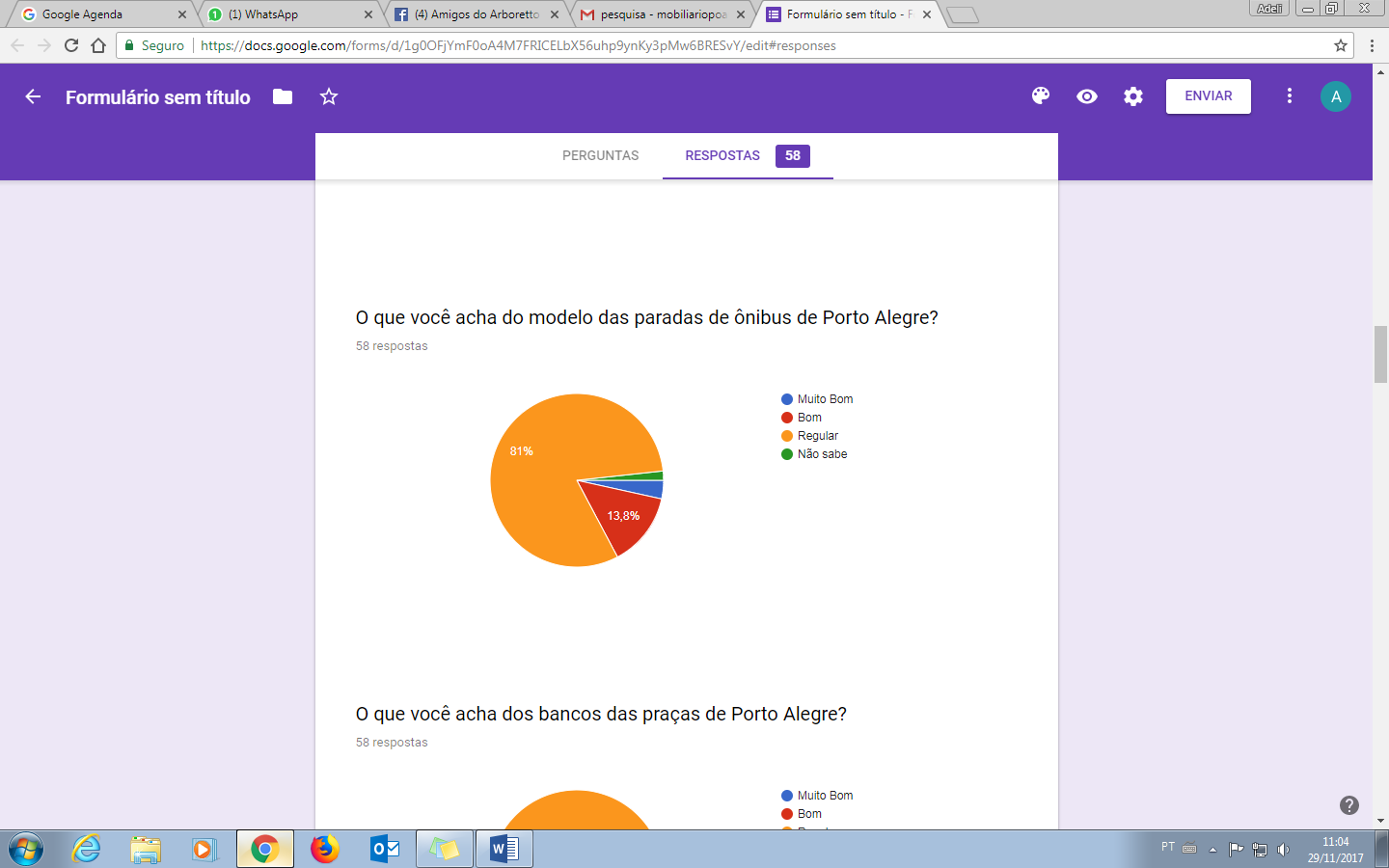
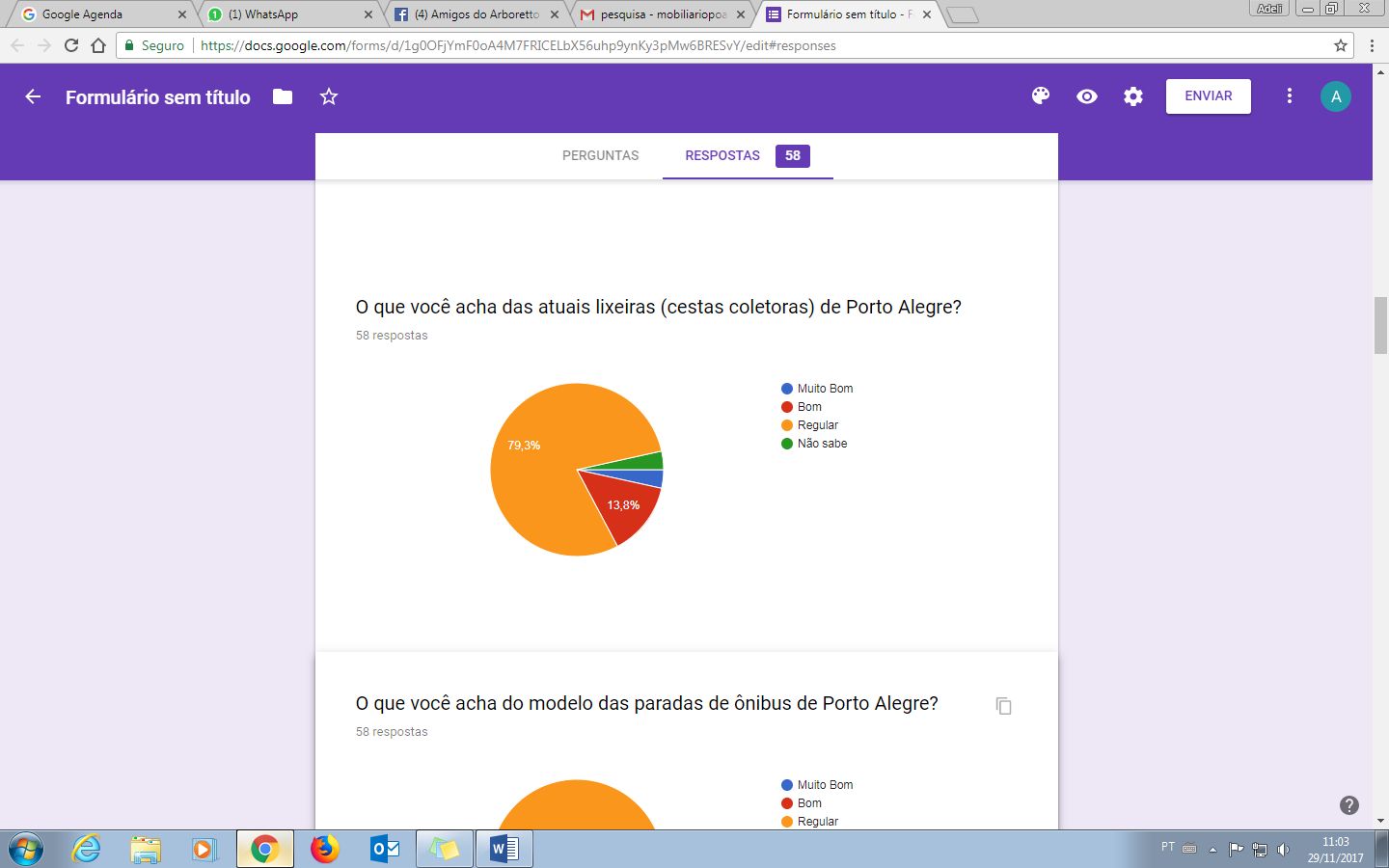
**PESQUISA ÀS EMPRESAS E ENTIDADES**

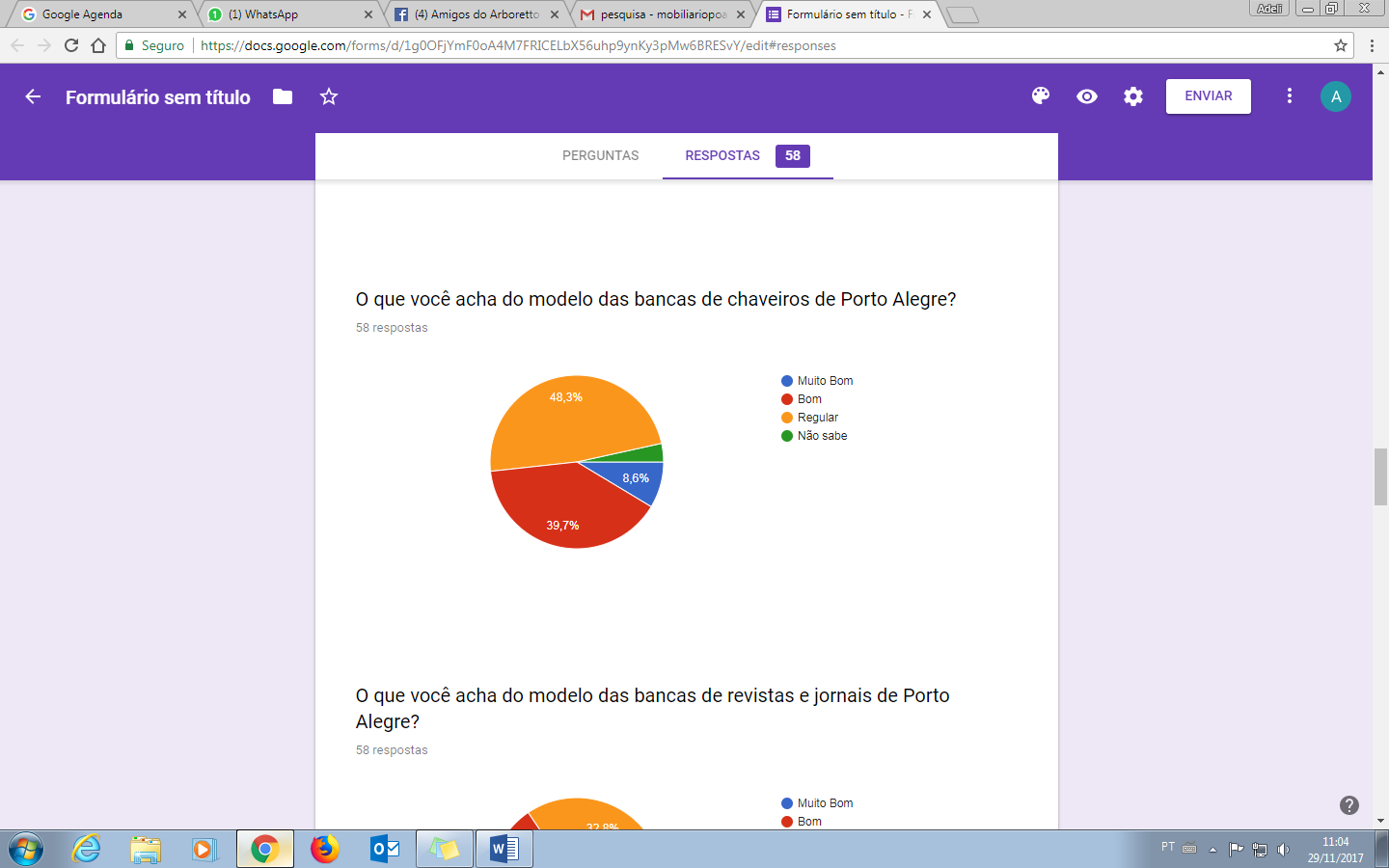
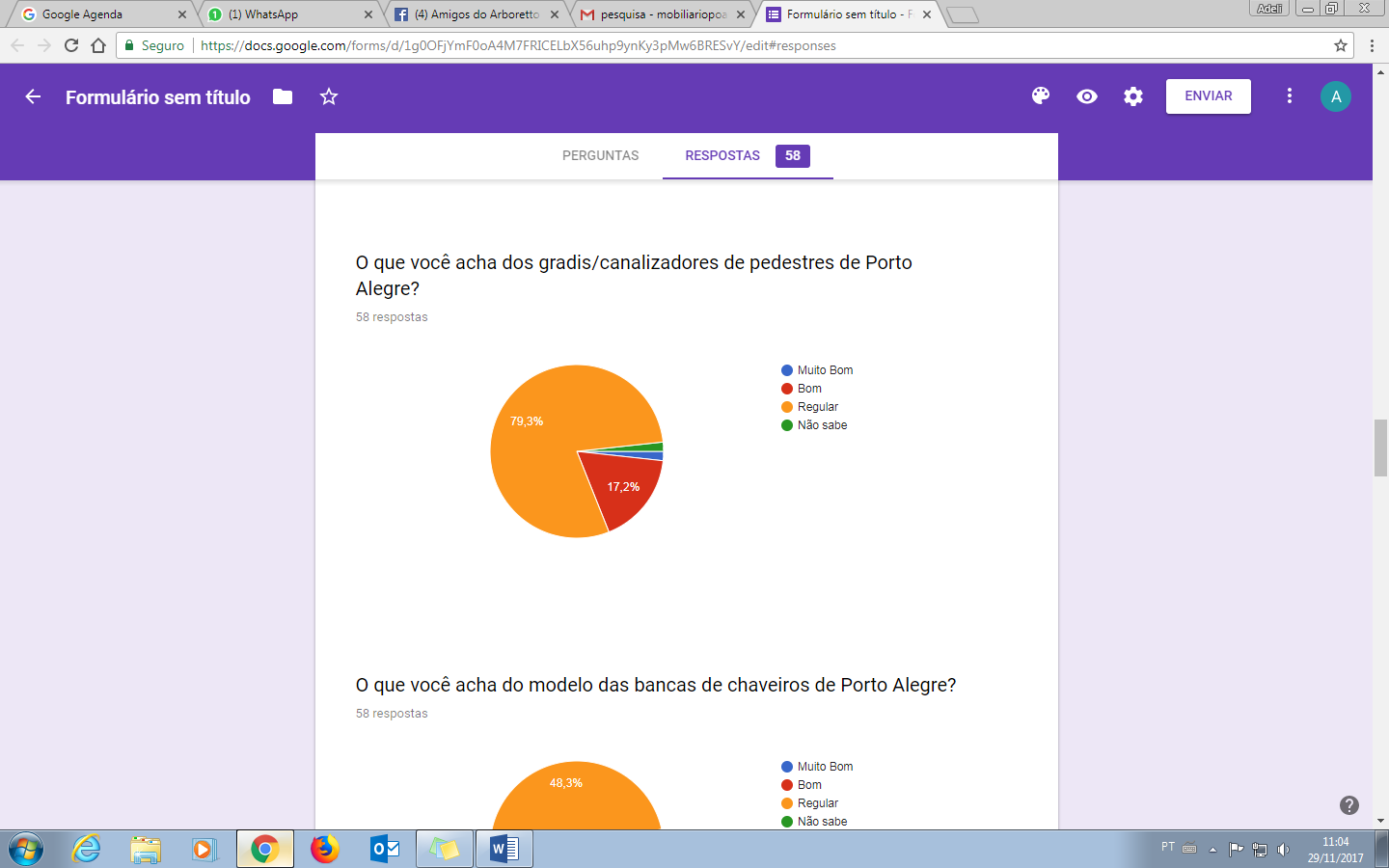
Com o intuito de agregar opinião mais técnica principalmente de empresas e entidades envolvidas com o mobiliário Público, esta Comissão Especial disponibilizou a pesquisa “CONSULTA SOBRE MOBILIÁRIO URBANO DE PORTO ALEGRE” pelo *Google Docs*, de 04/11 a 21/11*.*

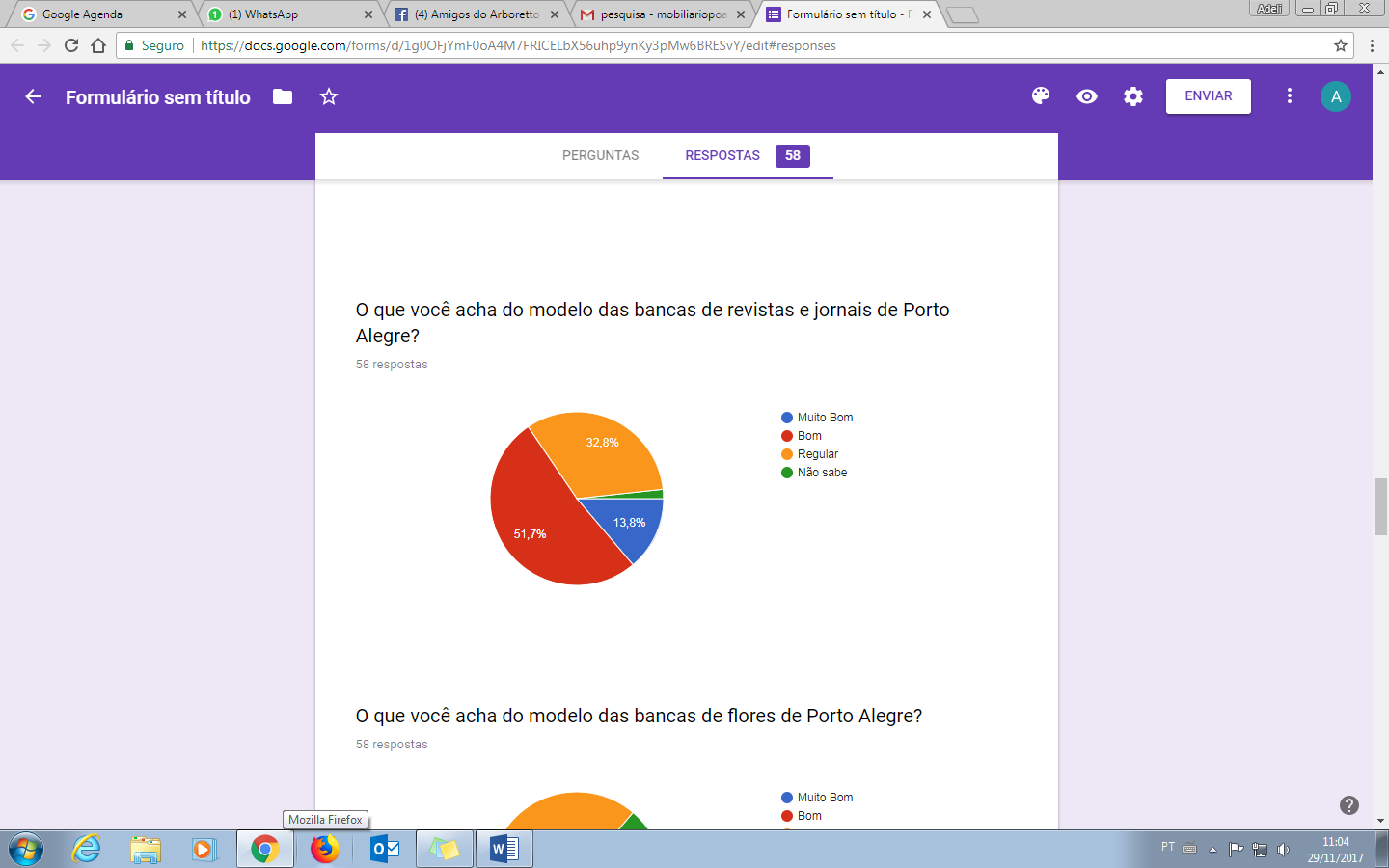
Segue abaixo resultado da pesquisa que obteve 58 respostas:

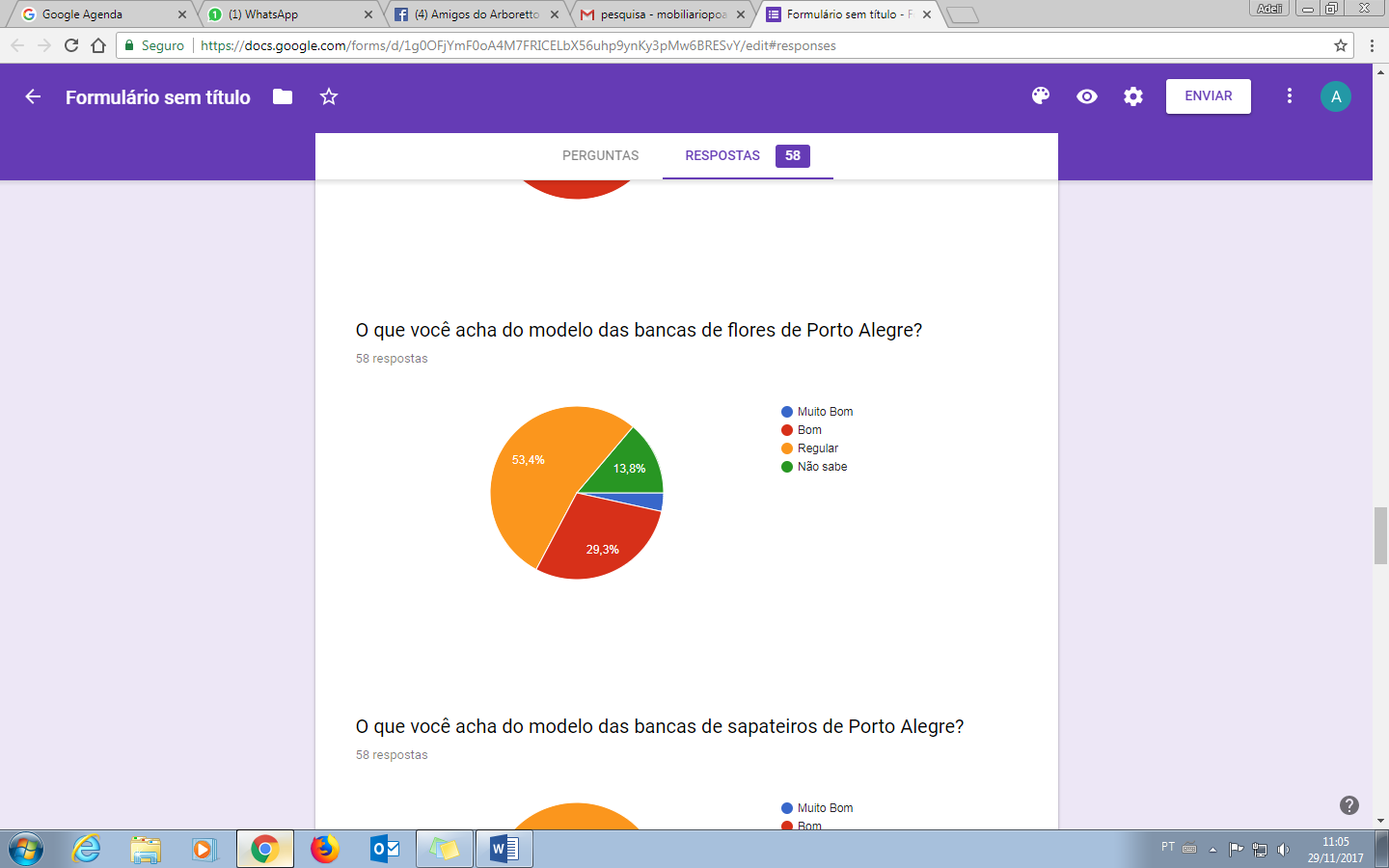


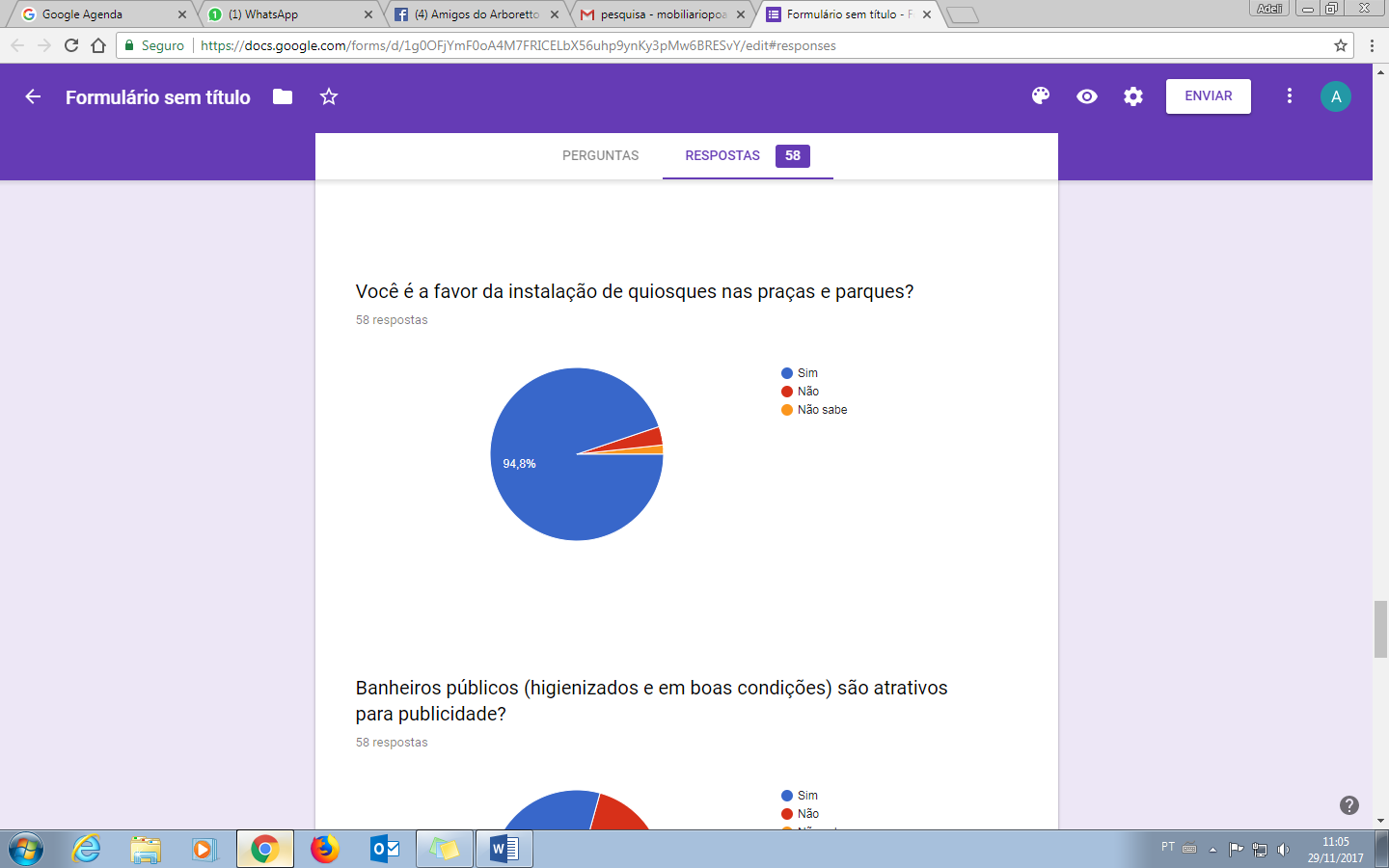
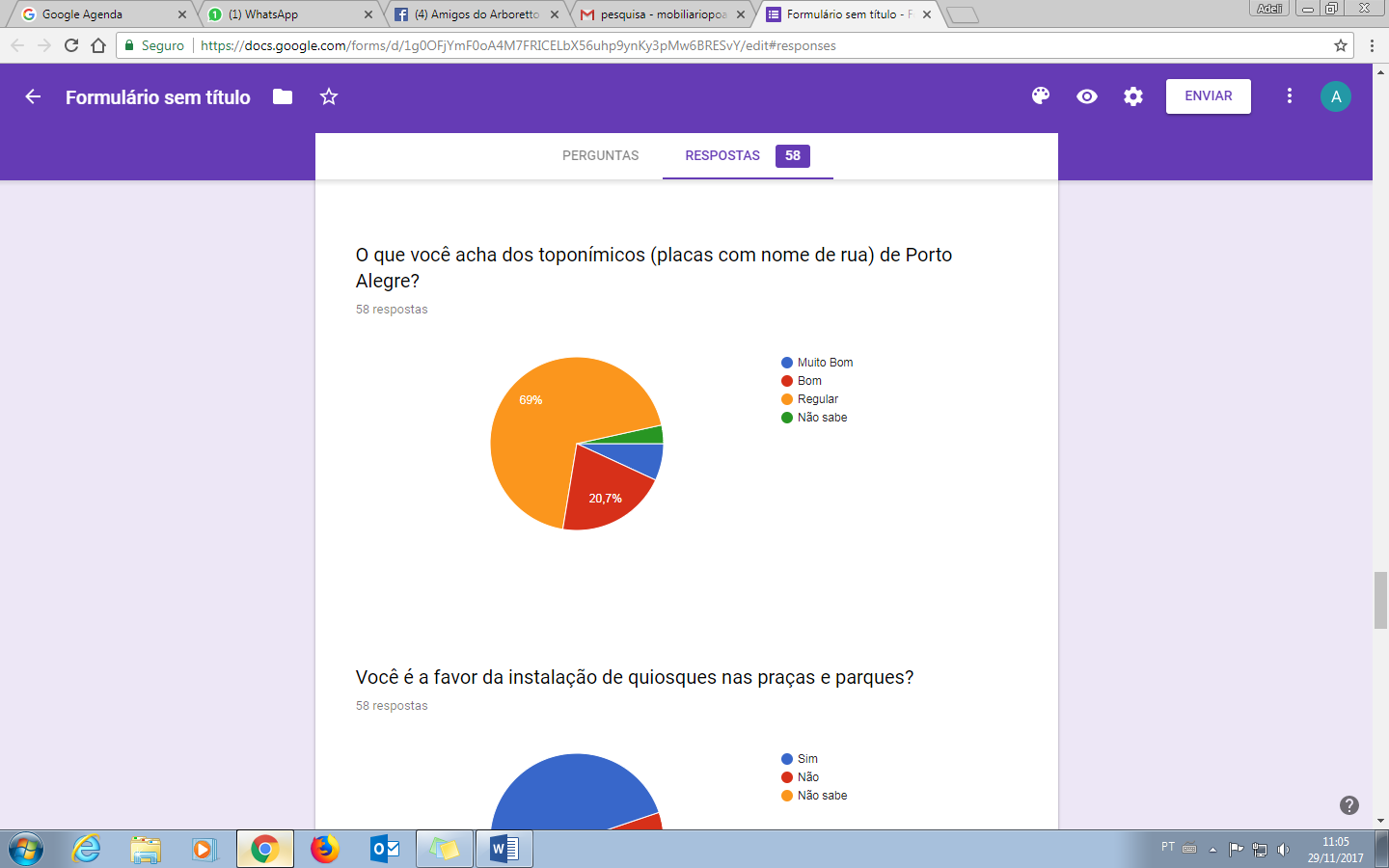
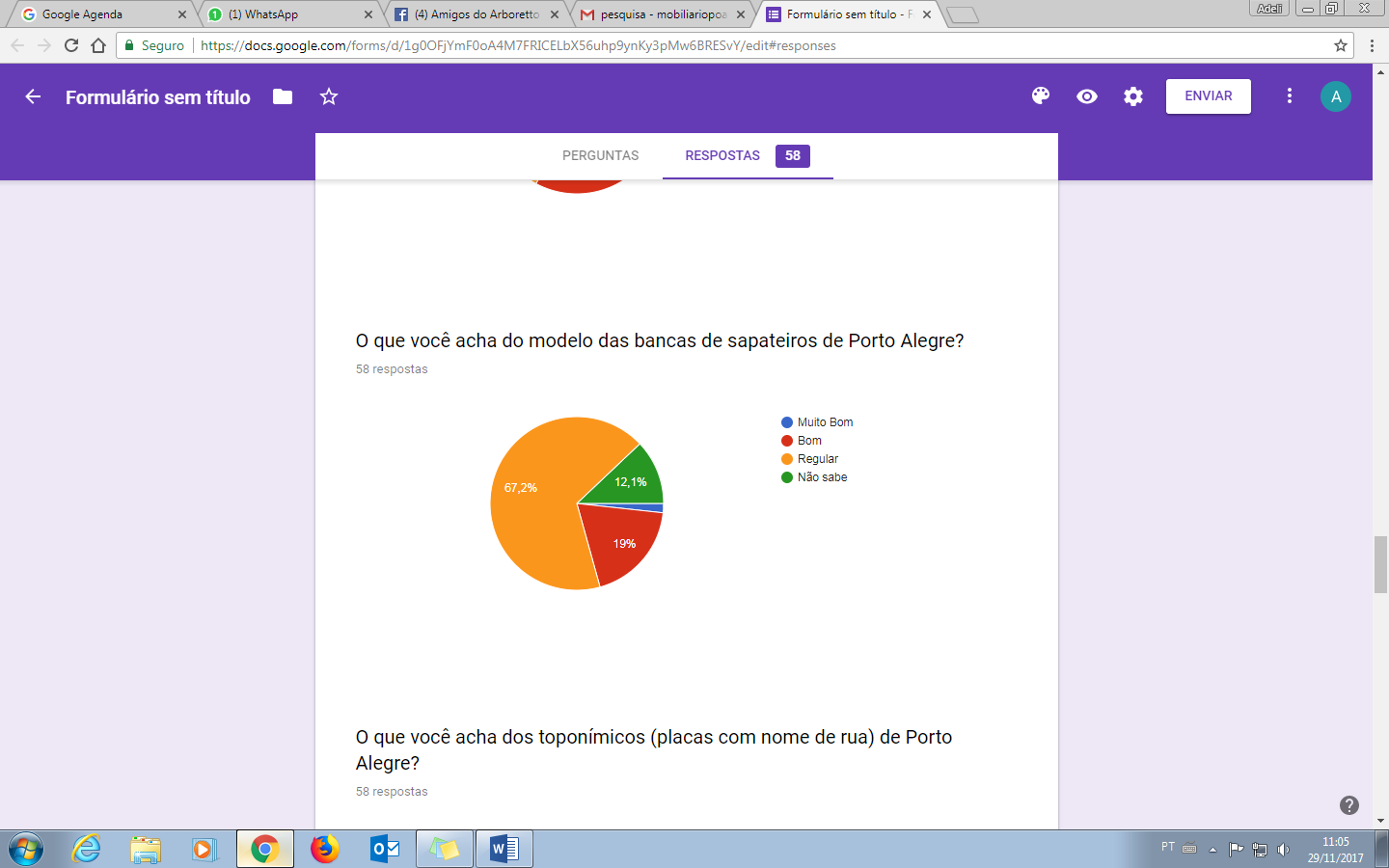




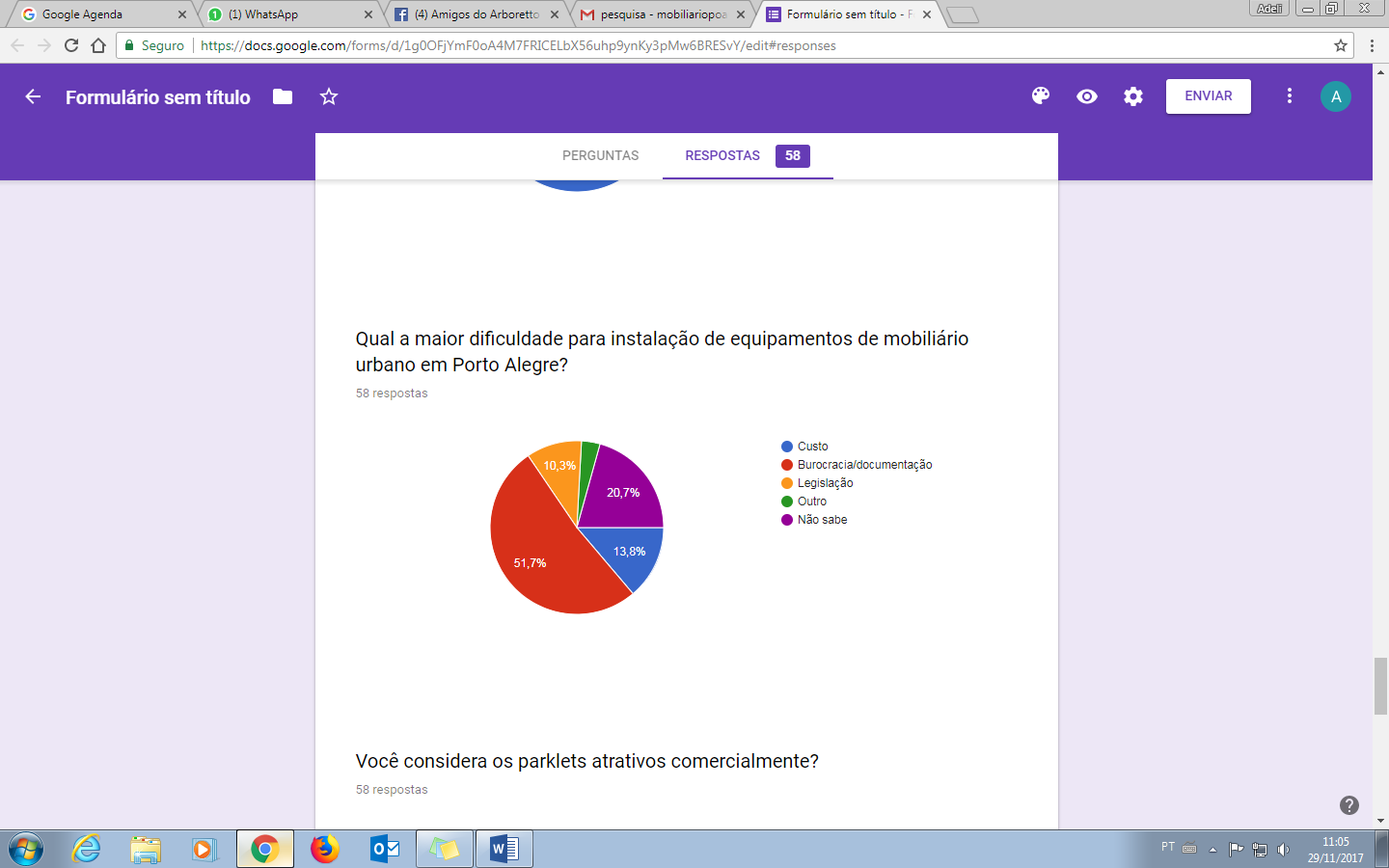


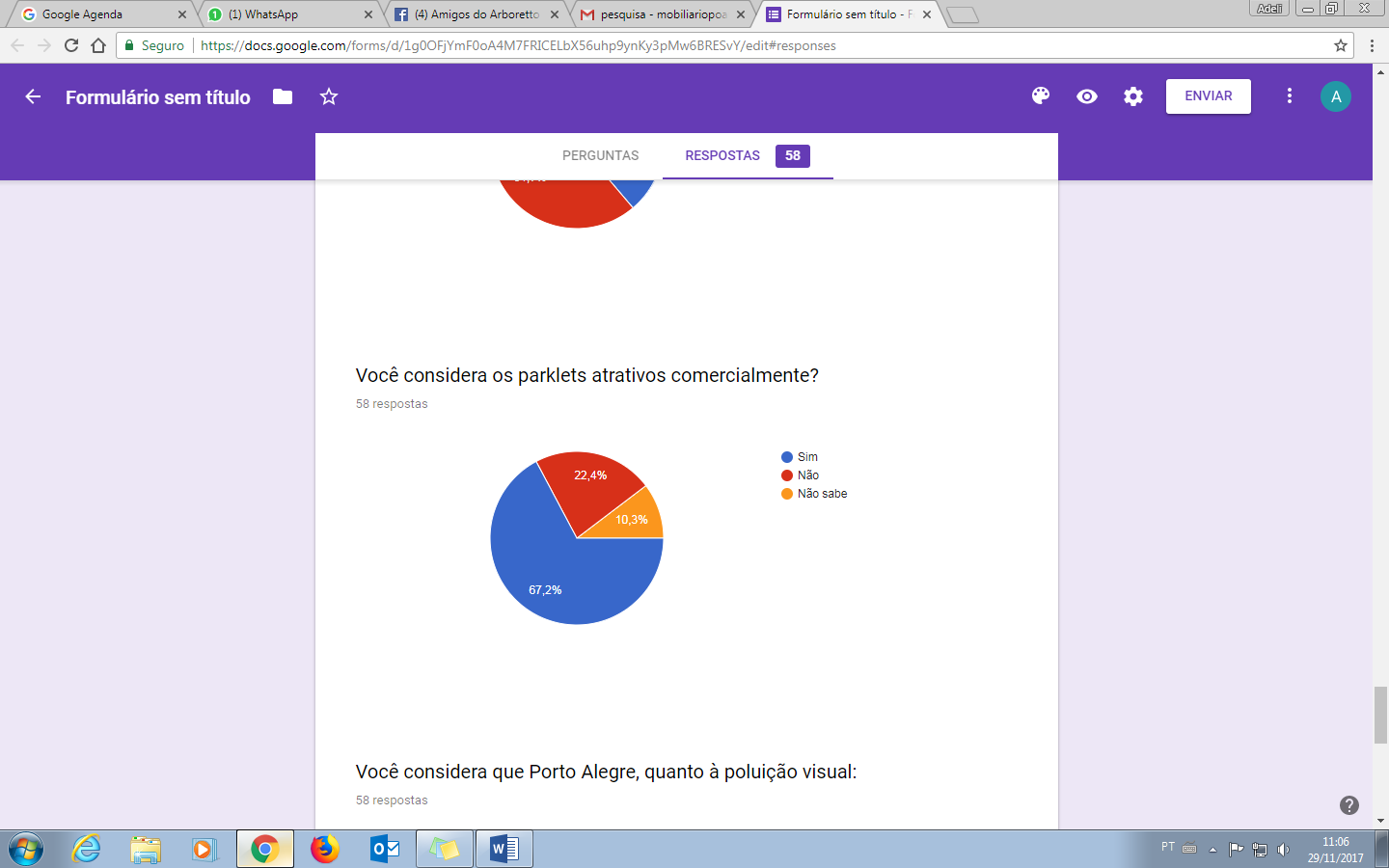


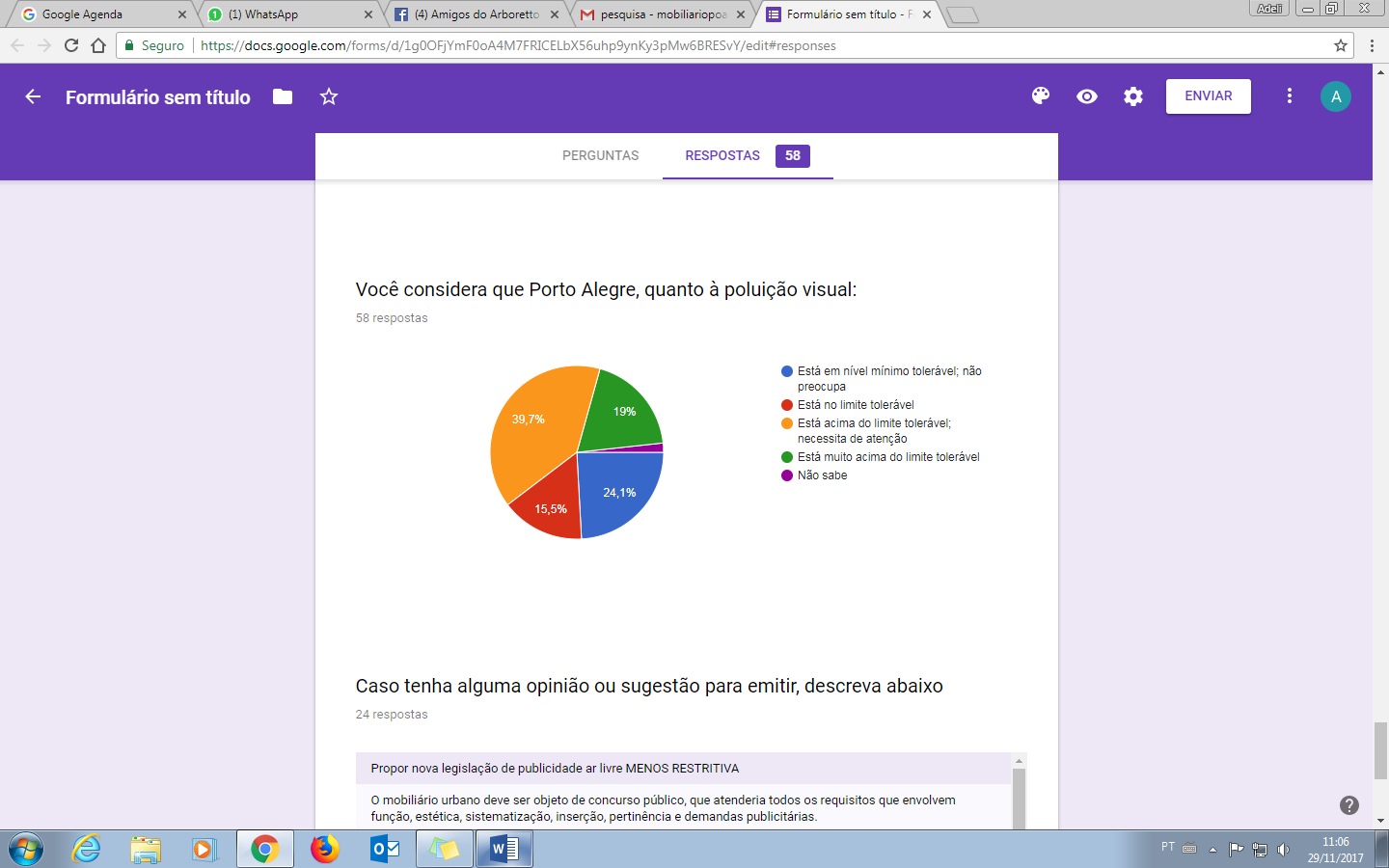


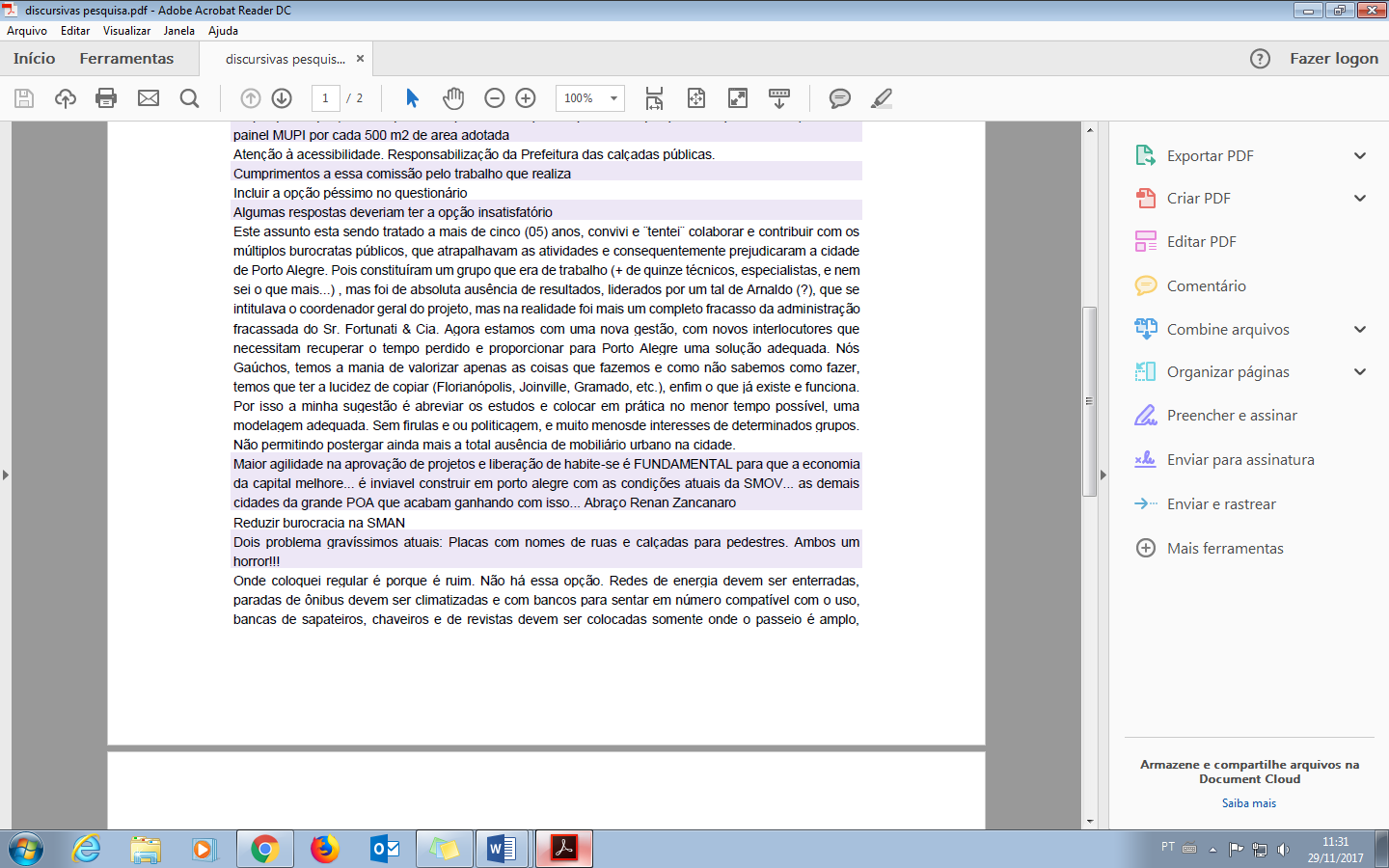
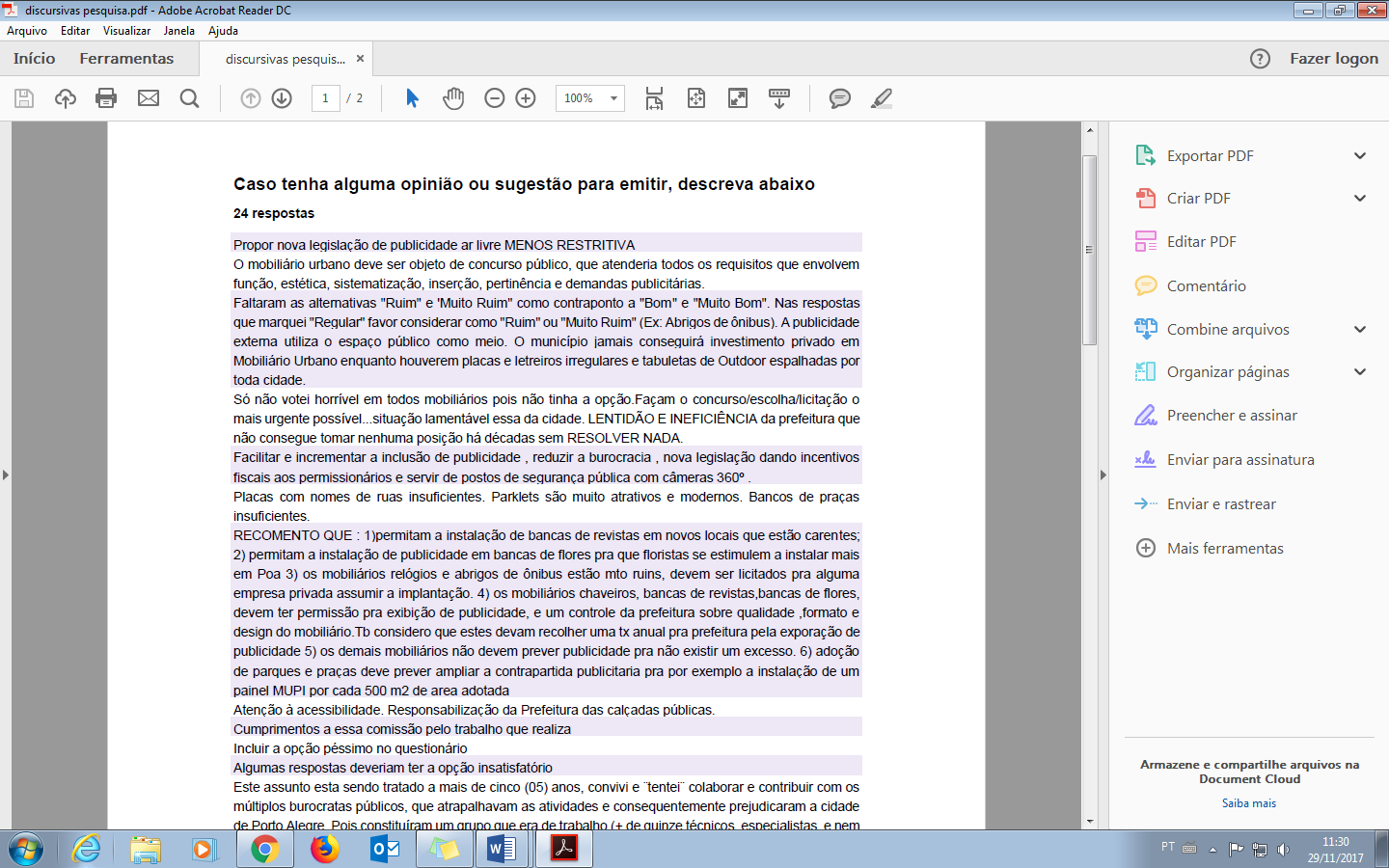


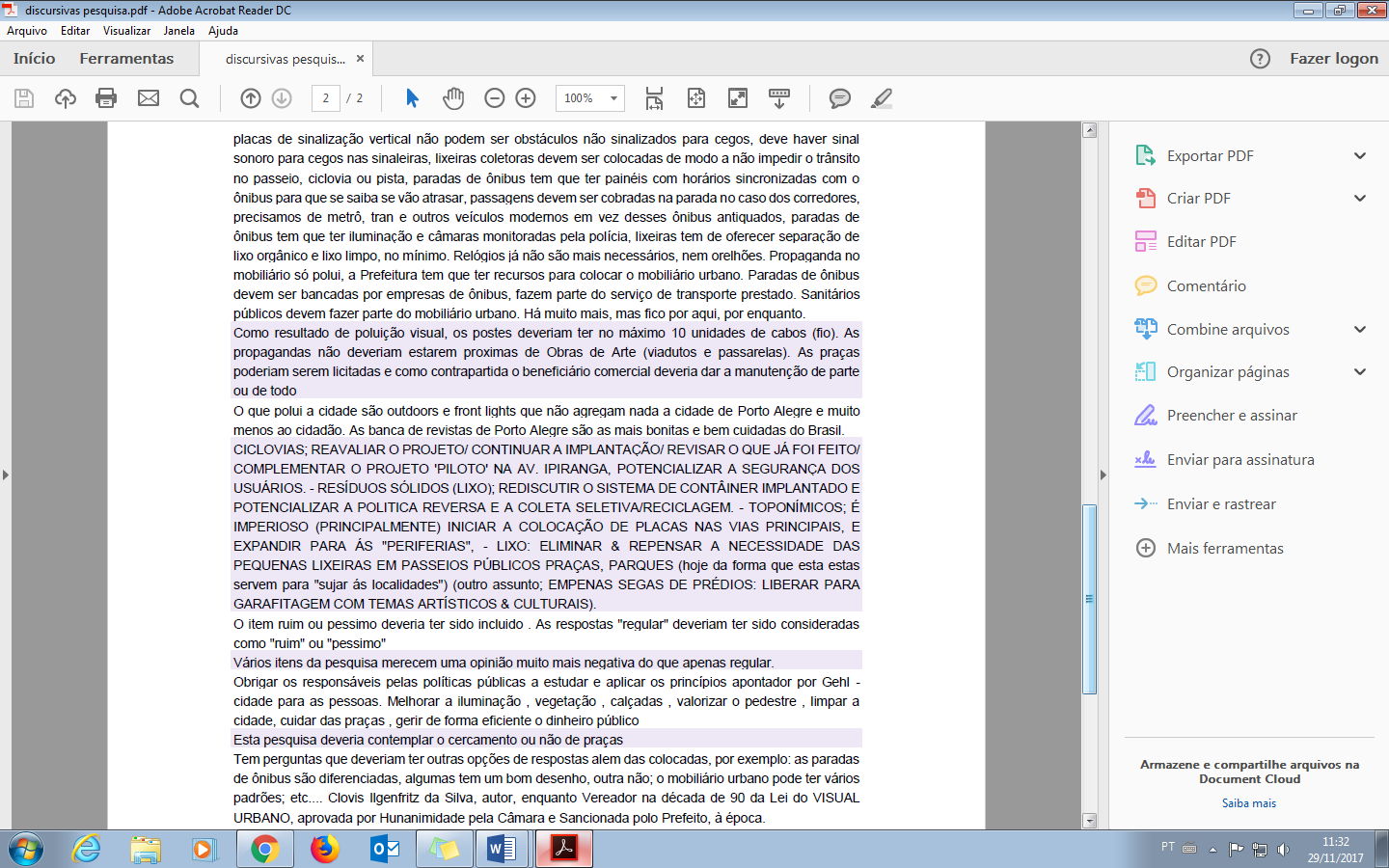












**ANEXO III**

**MINUTA DE PROJETO DE LEI**

Segue abaixo, minuta de projeto de Lei Complementar, que atualizará a Lei 8.279/1999 e alterações posteriores, que seguirá em processo próprio: